

ELECTRA COMERCIALIZADORA DE ENERGIA S.A.
CNPJ/ME n.º 04.518.259/0001-80 | NIRE 41.300.316.651

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Ficam convocados os acionistas da ELECTRA COMERCIALIZADORA DE ENERGIA S.A. ("Companhia") a reunirem-se em Assembleia Geral Extraordinária ("Assembleia"), a ser realizada de forma presencial às 10:00 (dez) horas do dia 06 de maio de 2025 na sede da Companhia, localizada na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua Doutor Brasilio Vicente de Castro, nº 111, 6º andar, Sala 602, Campo Comprido, CEP 81.200-526, para tomar ciência, discutir e deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (a) a 6ª (sexta) emissão privada de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, a serem convoladas em debêntures da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória para colocação privada, da Companhia; (b) a cessão fiduciária de direitos creditórios de titularidade da Companhia no âmbito da operação de emissão de debêntures; (c) a alienação fiduciária de participações societárias de titularidade da Companhia no âmbito da operação de emissão de debêntures; (d) a outorga, pela Companhia, de procurações aos credores dos contratos; (e) alternativamente à 6ª (sexta) emissão de debêntures, conforme determinada no item "a" acima, a emissão de novas séries de debêntures no âmbito da 4ª (quarta) emissão privada de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, a serem convoladas em debêntures da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória para colocação privada, da Companhia e (f) a autorização para que a diretoria da Companhia adote todas as providências necessárias para a efetivação da referida operação de emissão de debêntures e constituição de garantias.

Aviso aos Acionistas: Os documentos, encontram-se disponíveis aos acionistas na sede da Companhia, o acionista também poderá requerer o envio da documentação enviando solicitação ao seguinte endereço eletrônico: assembleia.geral@grupeelectra.com.br. O acionista poderá ser representado na Assembleia por procurador constituído há menos de 1 (um) ano, que seja acionista, administrador da Companhia ou advogado, nos termos do artigo 126, parágrafo 1º da Lei nº 6.404/1976.

Curitiba/PR, 25 de abril de 2025.

Franklin Kelly Miguel - Diretor Presidente,

Publicidade Legal é coisa séria!

Atas

Editais

Balancos

Súmulas

Concorrências

Tomada de Preços

Avisos

Comunicados

Anúncios

Consulte
nossa **equipe**

41 3333-9800

publegal@induscom.com.br

pl@induscom.com.br

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 28/04/2025

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal Indústria & Comércio ou acesse através do link: https://www.diarioinduscom.com.br/Publicacoes_Legais



Documento final gerado em 28/04/2025 01:17:03

Esse documento pode ser validado através do QR CODE abaixo, ou via URL: <https://incodigital.ipsign.com.br/validador>

Identificador de validação: fc78978a909f20cf1c4e71a114f0c59c936f8ae83921ce0e8363fd2f1ff75a2e



Assinatura

Assinado em: 28/04/2025 01:17:09

Tipo de assinatura: Desenho na tela

Assinante: Fabiano Fernando Furtado - INCO EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

CPF: 01993841938

E-mail: financeiro2@induscom.com.br

Identificador: f8e506a326faca9f5d257c67f9eb4237



IP	Local	Cidade	CEP	UF	Software
187.53.118.239, 172.31.36.167	-25.4345969,-49.2537428	Curitiba	80050-250	PR	Google Chrome/Microsoft Edge 135.0.0.0 / Windows



Emitido por: Fabiano Fernando Furtado - INCO EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

E-mail: financeiro2@induscom.com.br

As partes reconhecem e declaram que o presente instrumento pode ser assinado entre as mesmas e respectivas testemunhas (quando presentes), por meio físico ou eletrônico, sendo certo que neste último caso as assinaturas serão consideradas juridicamente válidas, autênticas e vinculativas, nos termos da legislação aplicável.

Esse documento assinado de forma eletrônica está em conformidade com o Código Civil, Código de Processo Civil, Legislação vigente que regula as assinaturas eletrônicas e Medida Provisória nº 2.200-2/2001.

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a legislação aplicável vigente. A validade do mesmo poderá ser confirmada através do verificador de conformidade do ITI - Instituto Nacional de Tecnologia da Informação, através do link: validar.iti.gov.br

A assinatura desse documento com certificado digital, gerará crítica em caso de tentativa de modificação do seu conteúdo, podendo ser constatada nas propriedades dos certificados digitais do mesmo, quando o arquivo for aberto através de visualizadores de PDF de terceiros.

Esse documento é acompanhado do seu PROTOCOLO DE AUTENTICIDADE, em arquivo paralelo, no qual se encontra o hash SHA256 de validação, o que garante que o conteúdo desse documento não sofreu alteração após assinatura das partes. O hash SHA256 deverá ser o mesmo obtido através dos mecanismos de extração de hash disponíveis pelas ferramentas de terceiros.





LOJACORR S/A - REDE DE CORRETORAS DE SEGUROS CNPJ Nº 04.529.055/0001-44

AVISO

As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da Cia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas, auditadas pela RSM Brasil Auditores Independentes - Sociedade Simples CRC 25P-

030.002/O-7 "S" PR., elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis na sede da Companhia, sito a Rua Desembargador Westphalen, 868, loja 01, Rebouças, Curitiba-Paraná.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota	Consolidado	
		31.12.2023	31.12.2022
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	20.215	17.462
Contas a Receber e Outros Créditos Recebíveis	5	108	863
Adiantamentos e Outros Créditos	6	221	214
Impostos a Recuperar	7	4.660	4.927
Despesas do Exercício Seguinte	8	193	71
Total do Ativo Circulante		25.397	23.537
Impostos a Recuperar	7	91	2.243
Provisão de Imposto Diferido	9	2.154	8
Empréstimos e Mútuos	10	103	220
Depósitos Judiciais	11	228	69
Investimentos	12	17	-
Imobilizado	13	633	1.030
Intangível	14	10.563	8.851
Total do Ativo Não Circulante		14.612	12.449
TOTAL DO ATIVO		40.010	35.986
PASSIVO	Nota	31.12.2023	31.12.2022
Empréstimos e Financiamentos	15	2.413	2.349
Fornecedores e Outras Contas a Pagar	16	2.184	2.456
Obrigações Trabalhistas e Sociais	17	2.991	5.102
Adiantamentos	18	101	905
Impostos a Recolher	19	1.218	1.079
Dividendos a Pagar	20	2.567	-
Provisões Gerais	21	6.473	1.021
Total do Passivo Circulante		17.948	12.908
Reserva de Lucros	22	2.038	4.135
Total do Passivo Não Circulante		2.038	4.135
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital Social	22	10.992	11.773
Reserva de Lucros		2.318	2.318
Lucros e Prejuízos Acumulados		5.885	4.792
Lucros e Prejuízos Acumulados		(109)	249
Lucro líquido do exercício		999	4.543
Patrimônio líquido		19.194	18.883
Participação dos não controladores		830	-
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		40.010	35.986

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DOS EXERCÍCIOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de Reais)

Nota	Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022
Receita Líquida	23	217.506
(-) Custos dos Serviços Prestados	24	(173.905)
Lucro Bruto		160.180
Despesas Operacionais		
Despesas Gerais e Administrativas	25	(10.674)
Despesas com Pessoal	26	(21.261)
Outras Receitas / Despesas Operacionais	27	(1.189)
Outras Receitas / Despesas NÃO Operacionais	28	995
Depreciações/Amortizações	30	(5.338)
Resultado Financeiro Líquido		6.135
Despesas Financeiras	31	(1.573)
Receitas Financeiras	31	1.710
Resultado Antes do IRPJ e da CSLL		6.274
Imposto de Renda e Contribuição Social	32	(144)
Participações não controladoras	32	(133)
Resultado Líquido do Exercício		5.995
Quantidade média de quotas disponíveis no período		201
Lucro básico e diluído por ação (em R\$)		29,82

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE DOS EXERCÍCIOS 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Em milhares de Reais)

Nota	Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022
Lucro Líquido do Exercício	5.995	4.543
Resultado Abrangente Total	5.995	4.543

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de Reais)

	Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado Líquido do Exercício	5.995	4.542
Ajustes:		
Depreciação / Amortização	5.338	4.563
Alterações nas Provisões	5.451	3.520
Equivalência Patrimonial	-	2.317
Investimento	(2.146)	402
Provisão de Imposto Diferido	830	-
Participação dos não controladores	-	-
Lucro Líquido do Exercício Ajustado	15.468	15.344
Contas a Receber e Outros Créditos Recebíveis	755	(1.148)
Adiantamentos e Outros Créditos	(7)	(220)
Impostos a Recuperar	(7)	(7.206)
Despesas do Exercício Seguinte	(122)	-
Depósitos Judiciais	(160)	(69)
(Aumento) ou Diminuição do Ativo	466	(8.643)
Fornecedores e Outras Contas a Pagar	(271)	2.455
Impostos a Recolher	1.763	2.879
Dividendos a Pagar	(267)	-
Adiantamentos	804	799
Provisões Gerais	(584)	803
Obrigações Trabalhistas e Sociais	(2.111)	-
Aumento ou (Diminuição) do Passivo	1.145	6.936
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	17.078	13.637
DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Empréstimos	(1.972)	6.647
Pagamentos de Dividendos	(4.901)	250
Aumento de Capital	(781)	11.371
Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Financiamento	(7.655)	18.266
DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Imobilizado e Intangível	(6.653)	(14.444)
Investimentos	(17)	-
Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Investimento	(6.669)	(14.444)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	2.754	17.462
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	17.462	-
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	20.215	17.462
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	2.753	17.462

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Em milhares de Reais)

	Capital Social	Reserva de Lucros	Resultado Acumulado	Total
Em 31 de dezembro de 2021	402	2.318	8.999	11.719
Aumento de Capital	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	4.542	4.542
Dividendos Recebíveis	-	-	6.496	6.496
Lucros Distribuídos	-	-	(15.245)	(15.245)
Em 31 de dezembro de 2022	11.773	2.318	4.792	18.883
Aumento de Capital	(781)	-	781	-
Resultado do Exercício	-	-	5.995	5.995
Lucros Distribuídos	-	-	4.971	4.971
Resultado Acumulados	-	-	(9.802)	(9.802)
Ajustes Exercícios Anteriores	-	-	(24)	(24)
Em 31 de dezembro de 2023	10.992	2.318	6.714	20.023

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Lojacorr S.A. Rede de Corretoras de Seguros ("Companhia"), com sede social localizada na Rua Voluntários da Pátria, 196, Sala 201, Centro, São José dos Pinhais - PR, possui como objeto social a atividade de agenciamento, corretagem ou intermediação de seguros.

1.1 Base de Preparação

1.1.1 Declaração de Conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)
As demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as normas introduzidas pelos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias Companhias - Pronunciamento Técnico "CPC PME (R)". A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 30 de março de 2024.

1.1.2 Base de Mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos, os quais são mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

1.1.3 Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

1.1.4 Uso de Estimativas e Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas brasileiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e pressupostos são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 10** - Determinação da vida útil do imobilizado;
- **Nota explicativa nº 24** - Reconhecimento de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos: disponibilidade de lucro tributável contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados; e
- **Nota explicativa nº 15** - Reconhecimento e mensuração de provisões e principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

O resultado das transações e informações quando da efetivação regular podem divergir destas estimativas.

2 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

2.1 Receita Operacional

A Companhia atua na administração e gestão de negócios entre elas taxas de administração pagas pelas Companhias Seguradoras ou pelos corretores de seguros, taxas de serviço das corretoras associadas, taxas de licenciamento das corretoras nas operações de seguros, taxas de administração de consórcios e gestão de ativos.

A Companhia reconhece a receita com a prestação de serviços com base no estágio de conclusão do serviço. O estágio de conclusão é avaliado com base em relatórios gerenciais emitido pelas Companhias Seguradoras e pela própria Lojacorr S.A. Rede de Corretoras de Seguros.

2.2 Contas a Receber de Clientes e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Estão apresentadas a valores de realização os valores relativos a corretagem e taxas de administração dos serviços prestados e de direito da Companhia.

São registradas e mantidas no balanço patrimonial pelo valor nominal dos títulos, ajustadas a valor presente, quando aplicável. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na avaliação dos impactos nas perdas estimadas futuras de crédito.

2.3 Imobilizado

Reconhecimento e Mensuração
Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas.

A Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de impairment em 2023 e 2022.

O custo inicial gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da venda com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

2.4 Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção com base na vida do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

2.5 Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são calculadas nas taxas mencionadas na Nota explicativa nº 9.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revisados a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

2.6 Intangível

Reconhecimento e Mensuração

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

Gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico ao quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Amortização

Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual.

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação à vida útil estimada do ativo intangível, a partir da data em que este está disponível para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado. As vidas úteis estimadas para os exercícios correntes e comparativos dos ativos são calculadas nas taxas mencionadas na Nota explicativa nº 9.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Companhia não possuía ativos intangíveis com vida útil indefinida, bem como ativos intangíveis gerados internamente.

2.5 Provisões Gerais

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provi-

sões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

2.6 Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transferidas em julgado. Os ativos contingentes com êxito prováveis são apenas divulgados em nota explicativa.

- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e não divulgados; e

- Obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, de processos em que a Companhia questionou a inconstitucionalidade de tributos.

2.7 Receitas Financeiras e Despesas Financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre ganhos nas aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre financiamentos e leasing, são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

2.8 Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e, 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

Imposto Corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de imposto decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

Imposto Diferido

O imposto diferido é reconhecido decorrente de prejuízo fiscal, base negativa da Contribuição Social e com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para as seguintes diferenças temporárias: i) o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e ii) que não afete nem a contabilidade tão pouco o lucro ou prejuízo tributável.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas reverterem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substancialmente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os impostos ativos diferidos consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pelos órgãos da Administração.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

2.9 Instrumentos Financeiros

Ativo financeiro - Reconhecimento Inicial

A Companhia reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e Mensuração Subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ou VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR. No exercício de 2023 a Entidade não possuía nenhum instrumento financeiro classificado como VJORA - instrumento de dívida ou VJORA - instrumento patrimonial.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender antes às condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- os termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado conforme descrito acima, são classificados como ao VJR.

Documento final gerado em 28/04/2025 01:18:07

Esse documento pode ser validado através do QR CODE abaixo, ou via URL: <https://incodigital.ipsign.com.br/validador>
Identificador de validação: de421f240f13f4ea7748633ebac7acf0ae704262c91124d44f6dfe39c7616ac7



Assinatura

Assinado em: 28/04/2025 01:18:14

Tipo de assinatura: Desenho na tela

Assinante: Fabiano Fernando Furtado - INCO EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

CPF: 01993841938

E-mail: financeiro2@induscom.com.br

Identificador: c24d1148e83d58075b53c58ca5e99202



IP	Local	Cidade	CEP	UF	Software
187.53.118.239, 172.31.36.167	-25.4345969,-49.2537428	Curitiba	80050-250	PR	Google Chrome/Microsoft Edge 135.0.0.0 / Windows



Emitido por: Fabiano Fernando Furtado - INCO EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

E-mail: financeiro2@induscom.com.br

As partes reconhecem e declaram que o presente instrumento pode ser assinado entre as mesmas e respectivas testemunhas (quando presentes), por meio físico ou eletrônico, sendo certo que neste último caso as assinaturas serão consideradas juridicamente válidas, autênticas e vinculativas, nos termos da legislação aplicável.

Esse documento assinado de forma eletrônica está em conformidade com o Código Civil, Código de Processo Civil, Legislação vigente que regula as assinaturas eletrônicas e Medida Provisória nº 2.200-2/2001.

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a legislação aplicável vigente. A validade do mesmo poderá ser confirmada através do verificador de conformidade do ITI - Instituto Nacional de Tecnologia da Informação, através do link: validar.iti.gov.br

A assinatura desse documento com certificado digital, gerará crítica em caso de tentativa de modificação do seu conteúdo, podendo ser constatada nas propriedades dos certificados digitais do mesmo, quando o arquivo for aberto através de visualizadores de PDF de terceiros.

Esse documento é acompanhado do seu PROTOCOLO DE AUTENTICIDADE, em arquivo paralelo, no qual se encontra o hash SHA256 de validação, o que garante que o conteúdo desse documento não sofreu alteração após assinatura das partes. O hash SHA256 deverá ser o mesmo obtido através dos mecanismos de extração de hash disponíveis pelas ferramentas de terceiros.



UNIÃO CATARINENSE DE EDUCAÇÃO - UCE

CNPJ: 84.433.275/0001-09

Demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Balancos Patrimoniais						Demonstrações do Resultado do Período									
Ativo	Notas	2024		2023		Notas	2024		2023		Notas	2024		2023	
Circulante															
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	343.140		301.210											
Locações e Outros Recebíveis	5	1.626		1.481											
Adiantamentos	6	325		347											
Tributos a Recuperar	7	54		47											
Estoques	8	8.193		13.125											
Outros Créditos	9	-		9											
Despesas Antecipadas	10	414		398											
Partes Relacionadas	11	44.873		21.917											
		398.625		338.534											
Não Circulante															
Despesas Antecipadas	10	134		132											
Outros Créditos	9	1.794		1.794											
Investimentos	12	1.253.194		1.097.855											
Imobilizado	13	366.590		372.720											
Intangível	14	226		256											
		1.621.938		1.472.757											
Total do Ativo		2.020.563		1.811.291											
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.															

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido					
	Patri- Social	Superávit/ Déficit do Período	Cisão Parcial	Incor- poração Parcial	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	338.617	107.680	(45.363)	915.385	1.316.319
Aumentos de Patrimônio Social					
Com Superávit	107.680	(107.680)	-	-	-
Parcela Cindida	-	-	-	-	-
Parcela Incorporada	-	-	-	376.835	376.835
Superávit Líquido do Período	-	107.785	-	-	107.785
Saldos em 31 de dezembro de 2023	446.297	107.785	(45.363)	1.292.220	1.800.939
Aumentos de Patrimônio Social					
Com Superávit	107.785	(107.785)	-	-	-
Parcela Cindida	(45.363)	-	45.363	-	-
Parcela Incorporada	1.292.220	-	-	(1.292.220)	-
Superávit Líquido do Período	-	211.589	-	-	211.589
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.800.939	211.589	-	-	2.012.528
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.					

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras

1. Informações Gerais: A União Catarinense de Educação, também denominada simplesmente UCE, foi fundada em 22 de outubro de 1952, com sede na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, declarada de Utilidade Pública Estadual em Santa Catarina pela Lei nº 3.905, de 30 de setembro de 1966, declarada de Utilidade Pública do Município de Florianópolis pela Lei CMF-8, de 22 de setembro de 1966; declarada de Utilidade Pública do Município de Curitiba pela Lei nº 13.609, de 14 de outubro de 2010. A UCE é uma associação civil de direito privado, com orientação religiosa de um instituto de vida consagrada de caráter não econômico, e tem por finalidade primordial o exercício de atividades de educação e ensino formal e informal em seus diversos níveis e assistência social e, para isso, poderá manter Colégios, editoras de livros didáticos, Creches, Centros de Formação da Juventude, Centros Comunitários e Sociais e Residências de Longa Permanência para idosos; poderá fomentar a educação, como atividade precípua, por meio da locação ou cessão de imóveis e licenciamento de marcas próprias para o segmento, podendo ainda atuar em atividades complementares para a geração de renda, como atividades agropecuárias e hoteleiras. Desenvolve suas atividades nos Estados de Santa Catarina e Paraná. Para atingir seus objetivos, no desenvolvimento de suas atividades, a UCE atende os seguintes requisitos legais: I - Não remunera os membros do seu Conselho de Administração, do Conselho Fiscal nem seus associados, pelo exercício de suas funções; II - Não tem fins econômicos; III - Não distribui dividendos, tampouco receitas e/ou parcelas de seu patrimônio, sob forma alguma; IV - Aplica integralmente no país o superávit apurado em seus exercícios financeiros, na manutenção e no desenvolvimento de suas finalidades institucionais; V - Mantém escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos das formalidades legais, capazes de assegurar sua exatidão. Em razão da reestruturação das atividades desenvolvidas a UCE requereu a baixa do seu Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social no exercício de 2023. **2. Principais Políticas Contábeis:** **2.1. Declaração de Conformidade:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com as disposições da legislação societária brasileira, considerando-se as alterações introduzidas nas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, e os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), contempladas as peculiaridades de nomenclatura de contas dada pela Resolução CFC nº 1.409/12, que aprovou a ITC 2002 aplicável às entidades sem finalidade de lucros, combinada com a NBC TG 1.000 (R1) - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que visam orientar o atendimento às exigências legais sobre procedimentos contábeis a serem cumpridos pelas pessoas jurídicas de direito privado sem finalidade de lucros. A administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão. **2.2. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma. **2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** A moeda funcional da Entidade é o real e todas as informações contábeis apresentadas estão em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. **2.4. Uso de estimativas e julgamentos:** A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que estas estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre incertezas em relação a premissas e estimativas que apresentem risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro e julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas, que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, estão incluídos nas seguintes notas explicativas: • Nota 5 - Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa; • Nota 13 - Imobilizado - Avaliação do valor recuperável de ativos (Teste de Impairment); • Nota 27 - Instrumentos Financeiros; • Nota 28 - Demandas Judiciais. **2.5. Aprovação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram apreciadas pela Diretoria em 17 de março de 2025, considerando-se os eventos subsequentes ocorridos até essa data. **3. Principais Julgamentos na Aplicação das Políticas Contábeis:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, empregadas de maneira consistente e uniforme nos períodos apresentados. **3.1. Caixa e equivalentes de caixa:** Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Entidade considera "equivalentes de caixa" a aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. **3.2. Locações e Outros Recebíveis:** As contas a receber de clientes são registradas pelo valor dos documentos fiscais, contratos e boletos emitidos, ajustados pelo valor presente quando aplicável. A perda estimada em crédito de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização das contas a receber decorrentes de mensuralidades e de cheques a receber, considerando os riscos envolvidos. Esses índices são periodicamente revisados buscando-se uma adequada estimativa para a mensuração desses valores. **3.3. Despesas antecipadas:** Composto por apropriações de prêmios de seguros, assinaturas de periódico e licença de uso de software. **3.4. Investimentos:** As participações em controladas foram registradas pelo método da equivalência patrimonial, com a contrapartida desses valores reconhecida no resultado operacional. As participações nas controladas Editora FTD S/A, Quinteto Editorial Ltda., Empresa Brasileira de Educação Ltda. e Residencial Champagnat SPE são avaliadas apurando-se as demonstrações financeiras dessas sociedades ajustadas às práticas contábeis adotadas no Brasil. **3.5. Imobilizado:** a) Reconhecimento e mensuração: Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada e de perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando necessárias. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas/despesas no resultado. b) Custos subsequentes: O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados ao componente se revertam para entidade e que seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repositado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado, conforme incorridos. c) Depreciação: Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

Descrição	2024	2023
Caixa e Bancos		
Recursos Livres (a)	419	139
Aplicações Financeiras		
Recursos Livres (a)	230.313	246.052
Fundo de Investimento	92.062	36.738
Fundo de Risco	20.346	18.281
Total	343.140	301.210
De acordo com a Política de Investimentos do Grupo Marista as disponibilidades da União Catarinense de Educação - UCE só podem ser aplicadas em instituições financeiras de primeira linha, ou seja, aquelas com nota de rating AAA em uma agência de risco ou dois ratings 'AA, no longo prazo. As aplicações em bancos controlados pelo governo federal, independente de seus "ratings" também são liberadas. São vetadas aplicações em participações acionárias, hedge funds, multicredores e operações de swap cambial, fundos não lastreados em papéis de governo e bancos abaixo do rating, exceto fundos específicos. A Instituição deve manter no máximo 40% de suas aplicações em uma mesma instituição financeira e todas as aplicações, exceto as de fundos específicos, terão disponibilidade imediata. Em 31 de Dezembro de 2024 a União Catarinense de Educação - UCE mantém suas aplicações com as seguintes instituições financeiras: Banco Santander (Brasil) S.A., Citibank, Banco Safra e Bradesco. As aplicações de liquidez imediata de recursos próprios da UCE, possuem rendimentos atrelados à variação do CDI, com baixo risco de mudança de valor e podem ser resgatadas de acordo com as necessidades de recursos da UCE. Essas aplicações financeiras referem-se a: (A) Certificados de Depósitos Bancários (CDB), cujo rendimento médio atrelado ao CDI foi em 2024 de 102,36% e em 2023 103,56%. 5. Locações e Outros Recebíveis: Os valores de locações e outros recebíveis estão representados como segue:		
Descrição	2024	2023
Locações a Receber	1.199	995
Atividades Rurais	237	401
Outras Contas a Receber	205	85
(-) PECLD - Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa	(15)	-
Total	1.626	1.481
A movimentação das perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa é composta a partir da premissa da administração onde entende que o saldo de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa é suficiente para refletir as reais perdas na realização de seus recebíveis. Como critério para constituição da PECLD, utilizamos a provisão dos valores das mensuralidades a receber vencidas há mais de 365 dias e todos os demais créditos vencidos há mais de 180 dias. A movimentação da perda estimada em créditos de liquidação duvidosa está assim representada:		
Descrição	2024	2023
Saldo no Início do Exercício	-	-
Provisões	(15)	-
Reversões	-	-
Saldo Final do Exercício	(15)	-
As perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa (PECLD) foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas na realização das mensuralidades. Como critério para constituição da PECLD, utilizamos os valores vencidos há mais de 180 dias. 6. Adiantamentos: Estão representados como segue:		
Descrição	2024	2023
Antecipação de Salários e Ordenados	-	4
Adiantamento de Férias	245	313
Adiantamentos a Fornecedores	38	28
Adiantamentos para Viagens	42	2
Total	325	347
7. Tributos a Recuperar		
Descrição	2024	2023
INSS a Recuperar	-	1
FGTS a Recuperar	-	-
ITBI a Recuperar	46	46
Total	54	47
Valores a receber referente a pagamento de ITBI junto ao Município de Campo Grande que será reembolsado. 8. Estoques		
Descrição	2024	2023
Estoque de Produtos Agrícolas	6.255	10.339
Insumos para Agricultura	1.107	2.115
Bezerros de 0 a 24 meses	553	508
Gado de Engorda	278	163
Total	8.193	13.125
9. Outros Créditos: Estão representados como segue:		
Descrição	2024	2023
Outros Serviços e Produtos	-	8
Outros Créditos a Receber	-	1
Potencial Construtivo	1.794	1.794
Total	1.794	9
Potencial Construtivo: Trata-se de incentivo concedido de potencial construtivo, conforme decreto nº 86 que regulamenta a Lei Municipal nº 7.841 de 19/12/1991, e permite ao Colégio Paranaense negociar a área virtual de 19.154 m², com a condição de aplicar os recursos auferidos em tais negociações nas obras de restauração e ampliação do imóvel tombado pelo Patrimônio Histórico Municipal. O Colégio possui um saldo a negociar de 7.195,01 m², correspondente ao potencial construtivo.		

3.6. Intangível: O ativo intangível refere-se basicamente aos gastos com implantação de sistema aplicativos de softwares da Entidade. Esses ativos são amortizados de forma linear pelo período de 5 anos. **3.7. Operações de Arrendamento Mercantil:** A Associação optou por utilizar o expediente prático de transição conforme o CPC 06 R2/IFRS 16 não reconhecendo os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento para alguns arrendamentos de ativos de baixo valor (conforme política institucional contraprestações mensais até R\$ 1.200,00 reais). A Associação reconhece os pagamentos associados a esses arrendamentos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. Ao mensurar os passivos de arrendamento para aqueles arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais, a Associação realizou inventários dos contratos da entidade, com características de arrendamento, os quais, após análises, julgamos não serem aplicáveis o pronunciamento CPC 06. A associação não possui operações ou transações de arrendamento que envolvam a contabilização do CPC 06. **3.8. Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, classificadas como passivos circulantes. **3.9. Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos. Em seguida, passam a ser mensurados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos, juros calculados pela taxa efetiva e variações monetárias e cambiais e amortizações conforme previstos contratualmente, incorridos até a data do balanço. **3.10. Receita antecipada:** Composto valores recebidos antecipadamente, são apropriadas mensalmente em conformidade com o princípio da competência, incorridos até a data do balanço. **3.11. Provisões:** Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **3.12. Provisões para riscos (contingências):** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Entidade tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar essa obrigação. **3.13.**

Demonstrações dos Valores Adicionados (Informação Adicional)			
	2024	2023	
Receitas			
Outras Receitas	66.412	42.371	
Total	66.412	42.371	
Insumos Adquiridos de Terceiros			
Custos das Mercadorias Vendidas e dos Serviços Prestados	(51.292)	(33.579)	
Materiais, Energia e Serviço de Terceiros	(29.722)	(20.490)	
Total	(81.014)	(54.069)	
Valor Adicionado Bruto	(14.602)	(11.698)	
Depreciação e Amortização	(13.647)	(12.808)	
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade	(28.249)	(24.506)	
Valor Adicionado Recebido em Transferência			
Resultado de Equivalência Patrimonial	186.329	91.252	
Receitas Financeiras	34.256	25.408	
Total	220.585	116.660	
Valor Adicionado a Distribuir	192.336	92.154	
Distribuição do Valor Adicionado			
Remuneração do Trabalho			
Remuneração Direta	(13.508)	(11.284)	
Benefícios	(1.702)	(1.395)	
FGTS	(4.861)	(3.963)	
Total	(20.071)	(16.642)	
Impostos, Taxas e Contribuições			
Impostos e Taxas	(224)	(95)	
Total	(224)	(95)	
Remuneração de Capitais de Terceiros			
Despesas Financeiras	861	957	
Alugueis	181	149	
Total	1.042	1.106	
Remuneração de Capitais Próprios			
Superávit do Período	211.589	107.785	
Valor Adicionado Distribuído	192.336	92.154	
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.			

Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes: Os demais ativos circulantes e não circulantes são demonstrados nos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicáveis, os rendimentos auferidos. Em razão das características operacionais não são aplicáveis ajustes ao valor presente líquido e/ou valor justo de realização. Os demais passivos circulantes e não circulantes são demonstrados nos valores conhecidos exigíveis ou acrescidos dos respectivos encargos e variações monetárias e cambiais, utilizando-se o ajuste a valor presente quando aplicável. **3.14. Patrimônio social:** O resultado da Entidade é incorporado ao patrimônio social, após aprovação das demonstrações financeiras, a fim de se aplicar integralmente seus recursos na manutenção de seus objetivos, conforme estabelecido no Estatuto Social. **3.15. Apuração do superávit/déficit:** As receitas, custo e despesas da entidade encontram-se registradas a valores originais e de acordo com o regime de competência. As doações patrimoniais são contabilizadas diretamente no patrimônio líquido, com base na transferência da propriedade. **3.16. Aspectos fiscais, tributação, imunidade tributária e renúncia fiscal:** A Entidade é contribuinte da Contribuição Social sobre Folha de Pagamentos e do PIS sobre Folha de Pagamentos, e goza da imunidade de impostos no que se refere ao seu patrimônio, sua renda e seus serviços para o desenvolvimento de seus objetivos institucionais (art. 150, inciso VI, alínea "c" da CF/88), além de isenção quanto ao PIS e ao COFINS. **3.17. Demonstração do resultado abrangente:** As transações registradas em resultados abrangentes se referem a ações negociadas em bolsa de valores, ou seja, ativos financeiros, mensurados a valor justo e registrados no patrimônio líquido. **3.18. Demonstração do valor adicionado:** A Demonstração do Valor Adicionado está apresentada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, emitido pelo CPC. Tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Entidade e sua distribuição, fundamentada em conceitos macroeconômicos. **3.19. Instrumentos financeiros derivativos:** A Entidade não efetuou operações em caráter especulativo, seja em derivativos, ou em quaisquer outros ativos de risco, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 27. **3.20. Demonstrações financeiras do exercício anterior:** As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram reclassificadas, quando aplicável, para fins de comparação. **4. Caixa e equivalentes de caixa:** Estão representados como segue:

Descrição	2024		2023		
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	
Licença de uso de Software	363	79	313	28	
Assinaturas e Anuidades	51	55	85	104	
Total	414	134	398	132	
11. Transações com partes relacionadas: As operações com partes relacionadas foram realizadas em condições contratadas pelas partes e estão descritas a seguir:					
Descrição	2024	2023			
Editora FTD S/A	44.873	21.914			
Quinteto Editorial Ltda.	-	2			
Empresa Brasileira de Sistemas de Ensino Ltda.	-	1			
Total	44.873	21.917			
No ano de 2024 a União Catarinense de Educação recebeu distribuição de lucros da empresa Residencial Champagnat SPE Ltda. oriundos da participação societária no montante de R\$ 1.273. E por deliberação do conselho de acionistas da Editora FTD S/A, em 27/03/2024 foi revertida a distribuição de lucros de 2023 no montante de R\$ 21.914, para investimentos futuros. A demonstração do investimento está contida na nota explicativa 12. 12. Investimentos: Estão representados como segue: Movimentação dos investimentos em 31/12/2023					
Descrição	Quantidade de quotas	Participação %	Patrimônio Líquido	Total do Investimento	Resultado de equivalência patrimonial
Editora FTD S/A	247.898	99,00	732.623	725.297	91.304
Quinteto Editorial Ltda.	500	1,00	563	6	7
Empresa Brasileira de Sistemas de Ensino Ltda.	500	1,00	305	3	3
Residencial Champagnat SPE	27.665	55,00	1.739	956	(63)
Total			735.230		

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras da União Catarinense de Educação - UCE																																																																											
15. Fornecedores: As obrigações com fornecedores estão representadas como segue:																																																																											
<table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2">Descrição</th> <th colspan="2">2024</th> <th colspan="2">2023</th> </tr> <tr> <th>2024</th> <th>2023</th> <th>2024</th> <th>2023</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Fornecedores</td> <td>807</td> <td>800</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>807</td> <td>800</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> </tbody> </table>												Descrição	2024		2023		2024	2023	2024	2023	Fornecedores	807	800	-	-	Total	807	800	-	-																																													
Descrição	2024		2023																																																																								
	2024	2023	2024	2023																																																																							
Fornecedores	807	800	-	-																																																																							
Total	807	800	-	-																																																																							
16. Empréstimos e financiamentos: Os empréstimos e financiamentos estão representados como segue:																																																																											
<table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2">Descrição</th> <th colspan="2">2024</th> <th colspan="2">2023</th> </tr> <tr> <th>2024</th> <th>2023</th> <th>2024</th> <th>2023</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Encargos</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Financiamentos</td> <td>1.418</td> <td>2.341</td> <td>1.423</td> <td>3.746</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>1.418</td> <td>2.341</td> <td>1.423</td> <td>3.746</td> </tr> </tbody> </table>												Descrição	2024		2023		2024	2023	2024	2023	Encargos	-	-	-	-	Financiamentos	1.418	2.341	1.423	3.746	Total	1.418	2.341	1.423	3.746																																								
Descrição	2024		2023																																																																								
	2024	2023	2024	2023																																																																							
Encargos	-	-	-	-																																																																							
Financiamentos	1.418	2.341	1.423	3.746																																																																							
Total	1.418	2.341	1.423	3.746																																																																							
(I) Valor refere-se à contratação de Capital de Giro com o banco Bradesco, esse recurso suporta a obra do NAC - Núcleo de Atividades Complementares do Colégio Paranaense. O financiamento foi contratado por um prazo de 5 anos com 1 ano de carência. Os vencimentos correspondentes ao saldo em 31 de dezembro de 2024 são os seguintes:																																																																											
<table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2">Descrição</th> <th colspan="2">2024</th> <th colspan="2">2023</th> </tr> <tr> <th>2024</th> <th>2023</th> <th>2024</th> <th>2023</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Capital de Giro (I)</td> <td>10,64% a.a.</td> <td>1.418</td> <td>2.341</td> <td>1.423</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td></td> <td>1.418</td> <td>2.341</td> <td>1.423</td> </tr> </tbody> </table>												Descrição	2024		2023		2024	2023	2024	2023	Capital de Giro (I)	10,64% a.a.	1.418	2.341	1.423	Total		1.418	2.341	1.423																																													
Descrição	2024		2023																																																																								
	2024	2023	2024	2023																																																																							
Capital de Giro (I)	10,64% a.a.	1.418	2.341	1.423																																																																							
Total		1.418	2.341	1.423																																																																							
17. Obrigações Sociais e Trabalhistas: Estão representados como segue:																																																																											
<table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2">Descrição</th> <th colspan="2">2024</th> <th colspan="2">2023</th> </tr> <tr> <th>2024</th> <th>2023</th> <th>2024</th> <th>2023</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Provisões de Férias</td> <td>1.871</td> <td>1.588</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>INSS Cota Patronal a Pagar</td> <td>242</td> <td>265</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>IRRF a Recolher Funcionários</td> <td>271</td> <td>221</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>FGTS a Recolher</td> <td>135</td> <td>115</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>INSS a Recolher</td> <td>155</td> <td>74</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>IRRF a Recolher - PF</td> <td>2</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Empréstimo de Funcionários a Pagar</td> <td>19</td> <td>21</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>PIS sobre Folha a Pagar</td> <td>12</td> <td>19</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Salários e Ordenados a Pagar</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>8</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Sindicato Desconto Funcionários</td> <td>1</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>2.708</td> <td>2.311</td> <td>8</td> <td>-</td> </tr> </tbody> </table>												Descrição	2024		2023		2024	2023	2024	2023	Provisões de Férias	1.871	1.588	-	-	INSS Cota Patronal a Pagar	242	265	-	-	IRRF a Recolher Funcionários	271	221	-	-	FGTS a Recolher	135	115	-	-	INSS a Recolher	155	74	-	-	IRRF a Recolher - PF	2	-	-	-	Empréstimo de Funcionários a Pagar	19	21	-	-	PIS sobre Folha a Pagar	12	19	-	-	Salários e Ordenados a Pagar	-	-	8	-	Sindicato Desconto Funcionários	1	-	-	-	Total	2.708	2.311	8	-
Descrição	2024		2023																																																																								
	2024	2023	2024	2023																																																																							
Provisões de Férias	1.871	1.588	-	-																																																																							
INSS Cota Patronal a Pagar	242	265	-	-																																																																							
IRRF a Recolher Funcionários	271	221	-	-																																																																							
FGTS a Recolher	135	115	-	-																																																																							
INSS a Recolher	155	74	-	-																																																																							
IRRF a Recolher - PF	2	-	-	-																																																																							
Empréstimo de Funcionários a Pagar	19	21	-	-																																																																							
PIS sobre Folha a Pagar	12	19	-	-																																																																							
Salários e Ordenados a Pagar	-	-	8	-																																																																							
Sindicato Desconto Funcionários	1	-	-	-																																																																							
Total	2.708	2.311	8	-																																																																							
18. Obrigações Tributárias: Os impostos e contribuições a recolher estão representados como segue:																																																																											
<table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2">Descrição</th> <th colspan="2">2024</th> <th colspan="2">2023</th> </tr> <tr> <th>2024</th> <th>2023</th> <th>2024</th> <th>2023</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>INSS Lei 9.711 e Decreto 3.048/99</td> <td>50</td> <td>-</td> <td>32</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>IRRF a Recolher - PJ</td> <td>5</td> <td>-</td> <td>4</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>ICMS DIFAL a Recolher</td> <td>1</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>ISS Retido</td> <td>21</td> <td>-</td> <td>7</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>PIS/COFINS/CSLL Retido</td> <td>32</td> <td>-</td> <td>18</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>FGTS DL 194/67</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>1</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>109</td> <td>-</td> <td>61</td> <td>-</td> </tr> </tbody> </table>												Descrição	2024		2023		2024	2023	2024	2023	INSS Lei 9.711 e Decreto 3.048/99	50	-	32	-	IRRF a Recolher - PJ	5	-	4	-	ICMS DIFAL a Recolher	1	-	-	-	ISS Retido	21	-	7	-	PIS/COFINS/CSLL Retido	32	-	18	-	FGTS DL 194/67	-	-	-	1	Total	109	-	61	-																				
Descrição	2024		2023																																																																								
	2024	2023	2024	2023																																																																							
INSS Lei 9.711 e Decreto 3.048/99	50	-	32	-																																																																							
IRRF a Recolher - PJ	5	-	4	-																																																																							
ICMS DIFAL a Recolher	1	-	-	-																																																																							
ISS Retido	21	-	7	-																																																																							
PIS/COFINS/CSLL Retido	32	-	18	-																																																																							
FGTS DL 194/67	-	-	-	1																																																																							
Total	109	-	61	-																																																																							
19. Receitas Antecipadas: Estão representados como segue:																																																																											
<table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2">Descrição</th> <th colspan="2">2024</th> <th colspan="2">2023</th> </tr> <tr> <th>2024</th> <th>2023</th> <th>2024</th> <th>2023</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Alienação de Ativos (I)</td> <td>109</td> <td>-</td> <td>1.001</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Fidelização em Contratos e Parcerias (II)</td> <td>172</td> <td>371</td> <td>172</td> <td>542</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>281</td> <td>371</td> <td>1.173</td> <td>542</td> </tr> </tbody> </table>												Descrição	2024		2023		2024	2023	2024	2023	Alienação de Ativos (I)	109	-	1.001	-	Fidelização em Contratos e Parcerias (II)	172	371	172	542	Total	281	371	1.173	542																																								
Descrição	2024		2023																																																																								
	2024	2023	2024	2023																																																																							
Alienação de Ativos (I)	109	-	1.001	-																																																																							
Fidelização em Contratos e Parcerias (II)	172	371	172	542																																																																							
Total	281	371	1.173	542																																																																							
(I) Recebimento antecipado referente à venda do lote com área de 2.500,17m², localizado na Rua Dom Aquino, s/n, Recanto Colonial, Londrina/PR. (II) Concessão do direito de exclusividade ao Banco Bradesco S.A. para realização do processamento da folha de pagamento dos colaboradores da Entidade. 20. Outras Obrigações: Estão representados como segue:																																																																											
<table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2">Descrição</th> <th colspan="2">2024</th> <th colspan="2">2023</th> </tr> <tr> <th>2024</th> <th>2023</th> <th>2024</th> <th>2023</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Outras Obrigações a Pagar</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>295</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>295</td> <td>-</td> </tr> </tbody> </table>												Descrição	2024		2023		2024	2023	2024	2023	Outras Obrigações a Pagar	-	-	295	-	Total	-	-	295	-																																													
Descrição	2024		2023																																																																								
	2024	2023	2024	2023																																																																							
Outras Obrigações a Pagar	-	-	295	-																																																																							
Total	-	-	295	-																																																																							
21. Patrimônio líquido: O Patrimônio Social refere-se ao superávit ou déficit apurado em cada exercício, para manutenção dos objetivos sociais da Associação. O eventual superávit ou déficit do período conforme ITG 2002 R1 é no ano subsequente transferido definitivamente para a conta do Patrimônio Social. 21.1. Patrimônio líquido: No exercício de 2024, os valores relacionados a Cisão Parcial e Incorporação Parcial que estavam mantidos em contas específicas em 2023, foram incorporados ao Patrimônio Social. 22. Receita Operacional Líquida																																																																											
<table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2">Descrição</th> <th colspan="2">2024</th> <th colspan="2">2023</th> </tr> <tr> <th>2024</th> <th>2023</th> <th>2024</th> <th>2023</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Receita Operacional</td> <td>17.255</td> <td>11.902</td> <td>17.255</td> <td>11.902</td> </tr> <tr> <td>Receitas com Locação de Bens Imóveis</td> <td>4.054</td> <td>2.260</td> <td>4.054</td> <td>2.260</td> </tr> <tr> <td>Receita com Royalties</td> <td>26.732</td> <td>23.728</td> <td>26.732</td> <td>23.728</td> </tr> <tr> <td>Receitas com Eventos Pedagógicos</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Receitas com Serviços de Consultoria</td> <td>358</td> <td>34</td> <td>358</td> <td>34</td> </tr> <tr> <td>Receita com Taxas</td> <td>156</td> <td>34</td> <td>156</td> <td>34</td> </tr> <tr> <td>Receitas com Patrocínio de Eventos</td> <td>345</td> <td>25</td> <td>345</td> <td>25</td> </tr> <tr> <td>Receitas com Bovinos</td> <td>472</td> <td>715</td> <td>472</td> <td>715</td> </tr> <tr> <td>Receitas com Café</td> <td>18.390</td> <td>1.616</td> <td>18.390</td> <td>1.616</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>67.762</td> <td>40.282</td> <td>67.762</td> <td>40.282</td> </tr> </tbody> </table>												Descrição	2024		2023		2024	2023	2024	2023	Receita Operacional	17.255	11.902	17.255	11.902	Receitas com Locação de Bens Imóveis	4.054	2.260	4.054	2.260	Receita com Royalties	26.732	23.728	26.732	23.728	Receitas com Eventos Pedagógicos	-	-	-	-	Receitas com Serviços de Consultoria	358	34	358	34	Receita com Taxas	156	34	156	34	Receitas com Patrocínio de Eventos	345	25	345	25	Receitas com Bovinos	472	715	472	715	Receitas com Café	18.390	1.616	18.390	1.616	Total	67.762	40.282	67.762	40.282					
Descrição	2024		2023																																																																								
	2024	2023	2024	2023																																																																							
Receita Operacional	17.255	11.902	17.255	11.902																																																																							
Receitas com Locação de Bens Imóveis	4.054	2.260	4.054	2.260																																																																							
Receita com Royalties	26.732	23.728	26.732	23.728																																																																							
Receitas com Eventos Pedagógicos	-	-	-	-																																																																							
Receitas com Serviços de Consultoria	358	34	358	34																																																																							
Receita com Taxas	156	34	156	34																																																																							
Receitas com Patrocínio de Eventos	345	25	345	25																																																																							
Receitas com Bovinos	472	715	472	715																																																																							
Receitas com Café	18.390	1.616	18.390	1.616																																																																							
Total	67.762	40.282	67.762	40.282																																																																							
Receita Operacional Bruta																																																																											
<table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2">Descrição</th> <th colspan="2">2024</th> <th colspan="2">2023</th> </tr> <tr> <th>2024</th> <th>2023</th> <th>2024</th> <th>2023</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>(-) Deduções da Receita Operacional Bruta</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>(88)</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>(-) Serviços Cancelados</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>(88)</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>67.762</td> <td>40.194</td> <td>67.762</td> <td>40.194</td> </tr> </tbody> </table>												Descrição	2024		2023		2024	2023	2024	2023	(-) Deduções da Receita Operacional Bruta	-	-	(88)	-	(-) Serviços Cancelados	-	-	(88)	-	Total	67.762	40.194	67.762	40.194																																								
Descrição	2024		2023																																																																								
	2024	2023	2024	2023																																																																							
(-) Deduções da Receita Operacional Bruta	-	-	(88)	-																																																																							
(-) Serviços Cancelados	-	-	(88)	-																																																																							
Total	67.762	40.194	67.762	40.194																																																																							
Receita Operacional Líquida																																																																											
A variação nas receitas com venda de café ocorreu decorrente da incorporação da operação agrícola na UCE efetivada a partir de junho de 2023, impactando diretamente os custos com a comercialização de café. 23. Custos das Mercadorias Vendidas e dos Serviços Prestados: Estão representados como segue:																																																																											
<table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2">Descrição</th> <th colspan="2">2024</th> <th colspan="2">2023</th> </tr> <tr> <th>2024</th> <th>2023</th> <th>2024</th> <th>2023</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Despesa com Pessoal</td> <td>(1.811)</td> <td>(1.078)</td> <td>(1.811)</td> <td>(1.078)</td> </tr> <tr> <td>Despesa Administrativa</td> <td>(2.400)</td> <td>(1.358)</td> <td>(2.400)</td> <td>(1.358)</td> </tr> <tr> <td>Despesa com Atividades Suplementares e Complementares</td> <td>(3.473)</td> <td>(1.902)</td> <td>(3.473)</td> <td>(1.902)</td> </tr> <tr> <td>Revenda de Produtos e Mercadorias</td> <td>(11.136)</td> <td>(272)</td> <td>(11.136)</td> <td>(272)</td> </tr> <tr> <td>(-) Perdas Estimadas e Conhecidas de Estoque</td> <td>(16)</td> <td>(21)</td> <td>(16)</td> <td>(21)</td> </tr> <tr> <td>Despesas Individuais</td> <td>-</td> <td>(2)</td> <td>-</td> <td>(2)</td> </tr> <tr> <td>(-) Transferência de custos das Fazendas</td> <td>7.684</td> <td>4.338</td> <td>7.684</td> <td>4.338</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>(11.152)</td> <td>(295)</td> <td>(11.152)</td> <td>(295)</td> </tr> </tbody> </table>												Descrição	2024		2023		2024	2023	2024	2023	Despesa com Pessoal	(1.811)	(1.078)	(1.811)	(1.078)	Despesa Administrativa	(2.400)	(1.358)	(2.400)	(1.358)	Despesa com Atividades Suplementares e Complementares	(3.473)	(1.902)	(3.473)	(1.902)	Revenda de Produtos e Mercadorias	(11.136)	(272)	(11.136)	(272)	(-) Perdas Estimadas e Conhecidas de Estoque	(16)	(21)	(16)	(21)	Despesas Individuais	-	(2)	-	(2)	(-) Transferência de custos das Fazendas	7.684	4.338	7.684	4.338	Total	(11.152)	(295)	(11.152)	(295)															
Descrição	2024		2023																																																																								
	2024	2023	2024	2023																																																																							
Despesa com Pessoal	(1.811)	(1.078)	(1.811)	(1.078)																																																																							
Despesa Administrativa	(2.400)	(1.358)	(2.400)	(1.358)																																																																							
Despesa com Atividades Suplementares e Complementares	(3.473)	(1.902)	(3.473)	(1.902)																																																																							
Revenda de Produtos e Mercadorias	(11.136)	(272)	(11.136)	(272)																																																																							
(-) Perdas Estimadas e Conhecidas de Estoque	(16)	(21)	(16)	(21)																																																																							
Despesas Individuais	-	(2)	-	(2)																																																																							
(-) Transferência de custos das Fazendas	7.684	4.338	7.684	4.338																																																																							
Total	(11.152)	(295)	(11.152)	(295)																																																																							
A variação nos custos ocorreu decorrente da incorporação da operação agrícola na UCE efetivada a partir de junho de 2023, impactando diretamente as receitas provenientes da comercialização de café. 24. Outras Receitas e Despesas: Estão representados como segue:																																																																											
<table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2">Descrição</th> <th colspan="2">2024</th> <th colspan="2">2023</th> </tr> <tr> <th>2024</th> <th>2023</th> <th>2024</th> <th>2023</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Receitas</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Receita com Venda/Ressarcimento de Bens</td> <td>3.647</td> <td>897</td> <td>3.647</td> <td>897</td> </tr> <tr> <td>Receita com Indenizações</td> <td>54</td> <td>22</td> <td>54</td> <td>22</td> </tr> <tr> <td>Receitas Eventuais</td> <td>192</td> <td>410</td> <td>192</td> <td>410</td> </tr> <tr> <td>Receita com Imóveis de Renda</td> <td>276</td> <td>861</td> <td>276</td> <td>861</td> </tr> <tr> <td>Receita com Fidelização em Contratos e Parcerias</td> <td>172</td> <td>144</td> <td>172</td> <td>144</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>4.341</td> <td>2.334</td> <td>4.341</td> <td>2.334</td> </tr> </tbody> </table>												Descrição	2024		2023		2024	2023	2024	2023	Receitas	-	-	-	-	Receita com Venda/Ressarcimento de Bens	3.647	897	3.647	897	Receita com Indenizações	54	22	54	22	Receitas Eventuais	192	410	192	410	Receita com Imóveis de Renda	276	861	276	861	Receita com Fidelização em Contratos e Parcerias	172	144	172	144	Total	4.341	2.334	4.341	2.334																				
Descrição	2024		2023																																																																								
	2024	2023	2024	2023																																																																							
Receitas	-	-	-	-																																																																							
Receita com Venda/Ressarcimento de Bens	3.647	897	3.647	897																																																																							
Receita com Indenizações	54	22	54	22																																																																							
Receitas Eventuais	192	410	192	410																																																																							
Receita com Imóveis de Renda	276	861	276	861																																																																							
Receita com Fidelização em Contratos e Parcerias	172	144	172	144																																																																							
Total	4.341	2.334	4.341	2.334																																																																							
Despesas																																																																											
<table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2">Descrição</th> <th colspan="2">2024</th> <th colspan="2">2023</th> </tr> <tr> <th>2024</th> <th>2023</th> <th>2024</th> <th>2023</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Custos das Baixas dos Bens - Próprios</td> <td>(5.684)</td> <td>(6)</td> <td>(5.684)</td> <td>(6)</td> </tr> <tr> <td>Alocação de Gestos Corporativos</td> <td>-</td> <td>(148)</td> <td>-</td> <td>(148)</td> </tr> <tr> <td>Outorga de Cessão de Uso</td> <td>(7)</td> <td>(3)</td> <td>(7)</td> <td>(3)</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>(5.691)</td> <td>(157)</td> <td>(5.691)</td> <td>(157)</td> </tr> </tbody> </table>												Descrição	2024		2023		2024	2023	2024	2023	Custos das Baixas dos Bens - Próprios	(5.684)	(6)	(5.684)	(6)	Alocação de Gestos Corporativos	-	(148)	-	(148)	Outorga de Cessão de Uso	(7)	(3)	(7)	(3)	Total	(5.691)	(157)	(5.691)	(157)																																			
Descrição	2024		2023																																																																								
	2024	2023	2024	2023																																																																							
Custos das Baixas dos Bens - Próprios	(5.684)	(6)	(5.684)	(6)																																																																							
Alocação de Gestos Corporativos	-	(148)	-	(148)																																																																							
Outorga de Cessão de Uso	(7)	(3)	(7)	(3)																																																																							
Total	(5.691)	(157)	(5.691)	(157)																																																																							

Parecer do Conselho Fiscal

O conselho fiscal da União Catarinense de Educação - UCE, em cumprimento das disposições legais e estatutárias, examinou as demonstrações financeiras e as respectivas notas explicativas, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. Com base nos exames efetuados, considerando, ainda, o relatório da AJCA Auditores Independentes S/S, datado de 18 de março de 2025, bem como as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária dos Associados.

Curitiba, 10 de abril de 2025.

Dr. Evilázio Tambosi
Membro do Conselho Fiscal

Antonio Luiz Rios da Silva
Membro do Conselho Fiscal

Everson Ismael de Oliveira
Membro do Conselho Fiscal

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras da União Catarinense de Educação - UCE

Aos Administradores da União Catarinense de Educação - UCE - Curitiba - PR. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da União Catarinense de Educação - UCE ("Associação"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da União Catarinense de Educação - UCE em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e entidades sem finalidade de lucros (ITG 2002). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos: Demonstrações do valor adicionado:** Examinamos, também, a demonstração dos valores adicionados, referentes ao exercício findo de 31 de dezembro de 2024, preparadas sob a responsabilidade da administração da Entidade, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações fi-

nanceiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos

relevantes para a auditoria planejando os procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 18 de março de 2025

AJCA Auditores Independentes S/S.
Contador: Antônio Justicheckem
CRC/PR - 005288/0-6 - CRC/PR - 037.469/0-4

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 28/04/2025

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal Indústria & Comércio ou acesse através do link: https://www.diarioinduscom.com.br/Publicacoes_Legais



Documento final gerado em 28/04/2025 01:19:01

Esse documento pode ser validado através do QR CODE abaixo, ou via URL: <https://incodigital.ipsign.com.br/validador>

Identificador de validação: 6b3c261388a4e87c04e085c8e89f4f78abc67e3ec90d13c36aa8ba331d2c3601



Assinatura

Assinado em: 28/04/2025 01:19:09

Tipo de assinatura: Desenho na tela

Assinante: Fabiano Fernando Furtado - INCO EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

CPF: 01993841938

E-mail: financeiro2@induscom.com.br

Identificador: 22ffd2bc9f0a38968b07e5cd7168657d



IP	Local	Cidade	CEP	UF	Software
187.53.118.239, 172.31.36.167	-25.4345969,-49.2537428	Curitiba	80050-250	PR	Google Chrome/Microsoft Edge 135.0.0.0 / Windows



Emitido por: Fabiano Fernando Furtado - INCO EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

E-mail: financeiro2@induscom.com.br

As partes reconhecem e declaram que o presente instrumento pode ser assinado entre as mesmas e respectivas testemunhas (quando presentes), por meio físico ou eletrônico, sendo certo que neste último caso as assinaturas serão consideradas juridicamente válidas, autênticas e vinculativas, nos termos da legislação aplicável.

Esse documento assinado de forma eletrônica está em conformidade com o Código Civil, Código de Processo Civil, Legislação vigente que regula as assinaturas eletrônicas e Medida Provisória nº 2.200-2/2001.

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a legislação aplicável vigente. A validade do mesmo poderá ser confirmada através do verificador de conformidade do ITI - Instituto Nacional de Tecnologia da Informação, através do link: validar.iti.gov.br

A assinatura desse documento com certificado digital, gerará crítica em caso de tentativa de modificação do seu conteúdo, podendo ser constatada nas propriedades dos certificados digitais do mesmo, quando o arquivo for aberto através de visualizadores de PDF de terceiros.

Esse documento é acompanhado do seu PROTOCOLO DE AUTENTICIDADE, em arquivo paralelo, no qual se encontra o hash SHA256 de validação, o que garante que o conteúdo desse documento não sofreu alteração após assinatura das partes. O hash SHA256 deverá ser o mesmo obtido através dos mecanismos de extração de hash disponíveis pelas ferramentas de terceiros.



ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE CULTURA - APC

CNPJ: 76.659.820/0001-51

Demonstrações Financeiras - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Balancos Patrimoniais				Demonstrações do Resultado do Período			
	Notas	2024	2023		Notas	2024	2023
Ativo Circulante				Passivo Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	109.634	44.007	Fornecedores	15	100.259	79.178
Mensalidades e outros recebíveis	5	417.587	354.684	Arrendamento mercantil	16	555	682
Estoques	6	15.306	10.050	Adiantamento de clientes	17	2.843	2.320
Tributos a recuperar	7	92	108	Empréstimos e financiamentos	18	19.329	15.924
Adiantamentos	8	13.399	13.166	Obrigações sociais e trabalhistas	19	83.715	80.064
Outros créditos	9	6.446	9.534	Receitas antecipadas	20	43.992	40.417
Despesas antecipadas	10	6.203	2.635	Subvenções a realizar	21	36.820	23.044
		568.667	434.184	Outras obrigações	22	1.533	1.321
Não Circulante				Contratos a apropriar - educação	23	242.351	201.836
Depósitos judiciais	24	28.219	26.824	Impostos e contribuições a recolher	25	2.036	1.888
Mensalidades e outros recebíveis	5	212.409	193.232			533.433	446.674
Outros créditos	9	3.023	2.658				
Despesas antecipadas	10	1.031	112	Patrimônio Líquido			
Ativo biológico		2	5	Patrimônio social	26	498.686	372.985
Investimentos	11	30.520	30.591	Cisão parcial	26	-	(58.576)
Imobilizado	12	433.622	395.470	Incorporação	26.1	1.722	-
Intangível	13	38.757	27.249	Incorporação parcial	26	-	92.382
Direito de uso de arrendamento	14	2.842	698	Ajustes de avaliação patrimonial		3	4
		750.425	676.839	Superávit/déficit do período		136.172	91.895
						636.583	498.690
Total do Ativo		1.319.092	1.111.023	Total do Passivo		1.319.092	1.111.023

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido						
	Patrimônio Social	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Superávit/(Déficit) do Período	Cisão Parcial	Incorporação Parcial	Incorporação
Saldos em 31 de dezembro de 2022	311.720	4	61.265	(56.822)	11.772	-
Aumentos de patrimônio social						
Com superávit	61.265		(61.265)			
Venda de ativos financeiros		(4)	-			(4)
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	4	-			4
Superávit/déficit líquido do período	-	-	91.895			91.895
Parcela incorporada	-	-	-		80.610	80.610
Parcela cindida	-	-	-	(1.754)	-	(1.754)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	372.985	4	91.895	(58.576)	92.382	-
Aumentos de patrimônio social						
Com superávit	91.895		(91.895)			
Venda de ativos financeiros		(4)	-			(4)
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	3	-			3
Superávit/déficit líquido do período	-	-	136.172			136.172
Parcela incorporada	92.382	-	-		(92.382)	1.722
Parcela cindida	(58.576)	-	-	58.576	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	498.686	3	136.172	-	-	1.722

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras

1. Informações Gerais: A Associação Paranaense de Cultura (APC), fundada em 31 de dezembro de 1950 (e até 18/12/2003 denominada Sociedade Paranaense de Cultura), é uma associação civil de direito privado, de fins educacionais, culturais, de comunicação social, editoriais, de saúde, assistenciais e religiosos, reconhecida pela legislação brasileira, com o objetivo principal de instituir, dirigir e manter a Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), o Hospital Universitário Cajuru e demais unidades, conforme seu Estatuto. Declarada de Utilidade Pública Federal pelo Decreto nº 46.807, de 14 de setembro de 1959 até a revogação da Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935 e certificada como Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS desde 09 de fevereiro de 1955 (registro nº 005.687/55 no CNAS) tendo seus processos de renovação, enviados tempestivamente, com os seguintes status: • Para o período 2010-2012, sob protocolo nº 71010.001889/2009-18, foi deferido pelo MEC conforme Portaria nº 391, de 14 de fevereiro de 2011. • Para o período 2013-2015, sob protocolo nº 23000.011142/2012-40, foi deferido pelo MEC conforme Portaria nº 416, de 08 de junho de 2018. • Para o período 2016-2018, sob protocolo nº 23000.024801/2015-51, foi deferido pelo MEC conforme Portaria nº 615, de 17 de dezembro de 2020. • Para o período 2019-2021, sob protocolo nº 23000.000249/2019-39, o processo está em análise pelo MEC desde 17/12/2018. • Para o período 2022-2024, sob protocolo nº 23000.029481/2021-73, o processo está aguardando análise pelo MEC desde 10/11/2021. A certificação CEBAS permanece válida até a data da decisão administrativa definitiva sobre o requerimento de renovação tempestivamente apresentado conforme prevê o § 2º, Art. 37, Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021. **Fato Relevante:** Em 29/11/2024 foi deliberado em assembleia geral dos Associados, relativo a valores de caixa e equivalentes de caixa, investimentos e imobilizado, o qual foi realizada em 29/11/2024. Os efeitos patrimoniais da incorporação encontram-se demonstrado na nota 26.1. **2. Principais Políticas Contábeis:** **2.1. Declaração de conformidade:** Essas demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com as disposições da legislação societária brasileira, considerando-se as alterações introduzidas nas Leis n. 11.638/07 e n. 11.941/09, e os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), a NBC ITG 2002 R1, aplicável às entidades sem fins lucrativos. A administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão. **2.2. Aprovação das demonstrações financeiras:** A autorização para emissão destas demonstrações financeiras ocorreu em reunião da Diretoria, realizada em 11 de março de 2024, considerando-se os eventos subsequentes ocorridos até essa data. **2.3. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos não correntes como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. **2.4. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional da Associação. **2.5. Uso de estimativas e julgamentos:** A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre incertezas de premissas e estimativas que apresentem risco significativo de resultar em ajuste material no próximo exercício financeiro e julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentem efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídos nas seguintes notas explicativas: • Nota 5 - Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa; • Nota 5 - Ajuste a Valor Presente; • Nota 12 - Imobilizado - Avaliação do valor recuperável de ativos (Teste de Impairment); • Nota 24 - Provisões para Contingências; • Nota 33 - Instrumentos financeiros. **3. Principais Julgamentos na Aplicação das Políticas Contábeis:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, empregadas de maneira consistente e uniforme nos períodos apresentados. **3.1. Caixa e equivalentes de caixa:** Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Associação considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa, estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento normalmente se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, de três meses ou menos, a contar da data da contratação. **3.2. Contas a receber:** São decorrentes da prestação de serviços de atividades de ensino e de saúde, não incluídos os montantes de serviços prestados após a data do balanço. A perda estimada em crédito de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização das contas a receber, considerando-se os riscos envolvidos: • Negociações da área educacional: reconhecidas em sua integralidade para os títulos negociados por meio de notas promissórias e cheques, vencidos há mais de 180 dias. • Área da saúde: reconhecida em sua integralidade para os títulos de recebíveis com o Sistema Único de Saúde, planos de saúde e cheques, vencidos há mais de 180 dias. Esses índices são periodicamente revisados, buscando-se uma adequada estimativa para a mensuração desses valores. **3.3. Estoques:** São avaliados ao custo médio de aquisição, não excedendo o valor recuperável de mercado. Os custos de estoques são reconhecidos no resultado em decorrência da venda. **3.4. Despesas antecipadas:** São compostas por apropriações de prêmios de seguros, assinaturas de periódicos e aluguéis pagos antecipadamente. **3.5. Investimentos:** Estão registrados ao custo de aquisição, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995. **3.6. Imobilizado:** a) Reconhecimento e mensuração. Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada e de perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando necessárias. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado e são reconhecidos líquidos em outras receitas/despesas no resultado. b) Custos subsequentes: O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item, caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados no componente reverterão para a Entidade e que seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposito por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado, conforme incorridos. c) Depreciação: Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando-se o método linear, considerando seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada.

Descrição	Anos
Edificações	0 a 60
Equipamentos	10
Móveis	5
Veículos	10
Equipamentos de informática	5
Acervo bibliográfico	10
Semoventes	5
Instrumentos musicais e artísticos	10
Beneficência em imóveis de terceiros	0 a 25
Imobilizado de terceiros (convênios - subvenções)	5 a 25

3.7. Custos de: Os custos de empréstimos estão diretamente relacionados à construção de determinado ativo que, necessariamente, demanda um período significativo para sua utilização ou uso. Desse modo, a entidade aplica a capitalização dos custos de empréstimos, quais sejam: juros e outros custos relativos àqueles empréstimos captados para essa finalidade. **3.8. Intangível:** Está registrado ao valor de custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada. **3.9. Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, classificadas como passivos circulantes e não circulantes. **3.10. Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos. Em seguida, passam a ser mensurados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos, juros calculados pela taxa efetiva e variações monetárias e cambiais e amortizações, conforme previstos contratualmente, incorridos até as datas dos balanços. **3.11. Provisões para riscos (contingências):** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Entidade tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar essa obrigação. **3.12. Subvenções, contribuições e doações:** O recebimento de subvenções, contribuições e doações, quando essas se destinam a cobrir custos ou perdas já incorridas

ou com o propósito de dar imediato suporte financeiro, sem custos futuros relacionados, é reconhecido em contas de receitas, assim como quando aplicado em investimentos ou imobilizações, também reconhecido em contas de receitas. Quando se destinam a projetos específicos, os recursos são depositados em bancos, conta-movimento ou aplicações financeiras, tendo como contrapartida "débitos diversos" no passivo circulante. Tais recursos são utilizados para pagamento dos gastos previstos nos respectivos projetos e, enquanto não utilizáveis, são aplicados no mercado financeiro, sendo que a totalidade das receitas financeiras é revertida para o próprio projeto. **3.13. Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes:** Os demais ativos circulantes e não circulantes são demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicáveis, os rendimentos auferidos. Em razão de suas características operacionais, não são aplicáveis ajustes ao valor presente líquido e/ou valor justo de realização. Os demais passivos circulantes e não circulantes são demonstrados aos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos dos respectivos encargos e das variações monetárias e cambiais, utilizando-se o ajuste a valor presente, quando aplicável. **3.14. Patrimônio social:** O Patrimônio Social refere-se ao superávit ou déficit apurado em cada exercício, para manutenção dos objetivos sociais da Fundação. O eventual superávit ou déficit do período conforme ITG 2002 R1 é no ano subsequente transferido definitivamente para a conta do Patrimônio Social. **3.15. Processo de Cisão:** Em 29/11/2024 foi deliberado em assembleia geral dos Associados, relativo a valores de caixa e equivalentes de caixa, investimentos e intangível, o qual foi realizada em 30/11/2024. Os efeitos patrimoniais da incorporação encontram-se demonstrado na nota 26.1. **3.16. Auração do superávit/déficit:** O resultado foi apurado segundo o Regime de Competência. As receitas de prestação de serviços são mensuradas pelo valor justo (acordado em contrato - valores recebidos ou a receber) e reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos futuros revertam para a Entidade e, assim, possam ser confiavelmente mensurados. Os rendimentos e encargos incidentes sobre os Ativos e Passivos e suas realizações estão reconhecidos no resultado. **3.17. Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo. A receita de juros é reconhecida no resultado por meio do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos imobiliários. **3.18. Trabalho voluntário:** A Entidade possui adeptos ao trabalho voluntário, encontram-se reconhecidos pelo valor justo da prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro. **3.19. Demonstração do resultado abrangente:** As transações registradas em resultados abrangentes se referem a ações negociadas em bolsa de valores, ou seja, ativos financeiros, mensurados a valor justo e registrados no patrimônio líquido. **3.20. Demonstração do valor adicionado:** A Demonstração do Valor Adicionado foi preparada e está sendo apresentada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, emitido pelo CPC. A demonstração de valor adicionado tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Associação e sua respectiva distribuição, fundamentada em conceitos macroeconômicos. **3.21. Operações de Arrendamento Mercantil:** A Associação optou por utilizar o expediente prático de transição conforme o CPC 06 R2/IFRS 16 não reconhecendo os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento para alguns arrendamentos de ativos de baixo valor (conforme política institucional contraprestações mensais até R\$ 1.200,00 reais). A Associação reconhece os pagamentos associados a esses arrendamentos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. Ao mensurar os passivos de arrendamento para aqueles arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais, a Associação descontou os pagamentos do arrendamento utilizando a sua taxa incremental aplicada de sendo a taxa incremental de 13,64% em 2024 e 12,88% em 2023. **3.22. Demonstrações financeiras do exercício anterior:** As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram reclassificadas, quando aplicável, para fins de comparação. **4. Caixa e equivalentes de caixa:** Estão representados como segue:

Descrição	2024	2023
Caixa e bancos		
Recursos livres	323	339
Recursos com subvenções	93	1.264
Aplicações financeiras		
Recursos livres	61.569	25.286
Recursos com subvenções	18.195	11.248
Recursos com fundo de risco	11.678	920
Recursos com fundo de investimento	15.342	4.908
Recursos com restrição	2.434	42
Total	109.634	44.007

De acordo com a Política de Investimentos do Grupo Marista, as disponibilidades da Associação são sendo aplicadas em instituições financeiras de primeira linha, ou seja, aquelas com nota de rating AAA em uma agência de risco ou dois ratings AA, no longo prazo. As aplicações em bancos controlados pelo governo federal, independente de seus "ratings" também são liberadas. São vetadas aplicações em participações acionárias, hedge funds, multimercados e operações de swap cambial, fundos não lastreados em papéis de governo e bancos abaixo do rating. A associação deve manter no máximo 40% de suas aplicações em uma mesma instituição financeira e todas as aplicações, exceto as de fundos específicos, terão disponibilidade imediata. Em 31 de Dezembro de 2024 a Associação mantém suas aplicações com as seguintes instituições financeiras: Banco Santander (Brasil) S.A., Citibank, Caixa Econômica Federal, Banco Safra S.A, Banco Bradesco, Banco Votorantim, Banco Itaú, Sicredi, Banco Alfa e Banco do Brasil. As aplicações de recursos próprios da associação possuem rendimentos atrelados à variação do CDI, com baixo risco de mudança de valor e podem ser resgatadas de acordo com as necessidades de recursos. Essas aplicações financeiras referem-se a: (A) Certificados de Depósitos Bancários (CDB), cujo rendimento médio anual atrelado ao CDI foi de 101,80% a.a. e em 2023 (101,83% a.a.). (B) Aplicações automáticas (recursos creditados no último dia útil, fora do expediente bancário), cujo rendimento médio anual atrelado ao CDI foi de 18,70% a.a. e em 2023 (15,82% a.a.). Já os recursos com fins específicos (subvenções) aplicados em poupança, obtiveram rentabilidade média anual de 7,06% (65,34% a.a do CDI) e em 2023 (62,12% a.a do CDI),

outras aplicações de recursos de terceiros estão investidas em renda fixa e fundos de investimentos com rentabilidade média anual de 6,19% a.a (57,9% do CDI) e em 2023 (65,50% do CDI) e aplicações de Recursos de Terceiros aplicados em CDB obtiveram rentabilidade média anual de 10,69% (100% do CDI) em 2023 (101,55% do CDI). Os recursos com fins específicos referem-se aos recursos recebidos de terceiros para aplicação em projetos. **5. Mensalidades e Outros Recebíveis:** As mensalidades e outros recebíveis estão representados como segue:

Descrição	2024	2023
Circulante	505.826	212.409
Não Circulante	9.642	7.261
Mensalidades e outros recebíveis	505.826	212.409
Clientes a receber	9.642	7.261
(-) Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(96.859)	(88.721)
(-) Ajuste a valor presente	(1.022)	(1.083)
Total	417.587	212.409

Em mensalidades e outros recebíveis contempla os recebíveis da área educacional e de saúde: Grduação, Especialização, Mestrado e Doutorado: Reajuste na mensalidade de 12%, com isso tivemos um aumento no ticket médio, no período de 2024 houve uma maior adesão de alunos comparado ao ano de 2023. Nos cursos pós-graduação EAD houve uma mudança na prática contábil e sistemática de reconhecimento desses contratos, no qual a partir da confirmação do contrato reconhece-se inicialmente todo o direito a receber e em contrapartida no passivo de contratos a Apropriar (nota explicativa nº 23) sendo ativo liquidado pelo recebimento e o passivo a medida que o serviço é prestado apropriar-se a receita. Saúde: Aumento na produção hospitalar para pacientes particulares e de planos de saúde, bem como nos recebíveis ligados ao convênio com o SUS, no montante de R\$ 13.725. O ajuste a valor presente é calculado anual, a taxa de desconto utilizada se baseia no percentual da multa contratual de 2% e dos juros de mora 1%. A movimentação das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa é composta como segue:

Descrição	2024	2023
Saldo no início do exercício	(88.721)	(78.810)
Reversões	(70.767)	(47.458)
Provisões	62.629	37.547
Saldo final do exercício	(96.859)	(88.721)

As perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa (PECLD) foi constituída em montante con-

	Notas	2024	2023
Receita Operacional Líquida	27	1.367.030	1.189.309
Custos das Mercadorias Vendidas e dos Serviços Prestados (Despesas) Receitas Operacionais	28	(851.174)	(784.192)
Gastos com pessoal e encargos		(158.768)	(131.034)
Despesas administrativas		(190.442)	(159.726)
Depreciação/amortização/Impairment		(18.551)	(18.246)
Despesa com subvenção		(8.853)	(10.912)
Outras receitas e despesas	29	64.676	59.595
Resultado Operacional Antes dos Efeitos Financeiros		(311.938)	(260.323)
Receitas financeiras		203.918	144.794
Receitas financeiras		28.897	24.712
Despesas financeiras		(96.643)	(77.611)
Resultado Financeiro	30	(67.746)	(52.899)
Superávit/(Déficit) do Período		136.172	91.895

Demonstrações do Resultado Abrangente			
	Notas	2024	2023
Superávit/Déficit do período		136.172	91.895
Outros resultados abrangentes (ORA) itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado			
Ativos financeiros disponíveis para venda - reclassificação para o resultado		3	4
Outros componentes do resultado abrangente		3	4
Resultado abrangente do período		136.175	91.899

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método Indireto			
	Notas	2024	2023
Fluxo de Caixa Proveniente das Operações			
Superávit/(Déficit) do Período		136.172	91.895
Ajustes para Reconciliar o Resultado do Exercício com Recursos Provenientes de Atividades Operacionais:			
Depreciação e amortização (arrendamento)		1.312	1.595
Depreciação e amortização		38.163	34.762
Perdas Estimadas em créditos de liquidação duvidosa	5	8.138	9.911
Provisão para contingências	24	(14.054)	(27.024)
Gainho na alienação do imobilizado		(389)	101
		169.342	111.240

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método Indireto			
	Notas	2024	2023
Redução (aumento) nos ativos:			
Mensalidades e outros recebíveis		(90.217)	(123.071)
Estoques		(5.255)	835
Adiantamentos		(233)	3.065
Tributos a recuperar		16	34
Despesas antecipadas		(4.487)	1.255
Outros créditos		2.723	(2.677)
Incorporação parcial de ativos		-	80.610
Incorporação	26.1	1.722	-
Depósitos Judiciais		(1.395)	678
		(97.126)	(39.271)

★ continuação											
Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras da Associação Paranaense de Cultura - APC											
10. Despesas Antecipadas: Estão representadas como segue:											
Descrição	2024		2023								
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante							
Licença de uso de software	6.167	1.031	2.635	112							
Prêmios de seguro a apropriar	36	-	-	-							
Total	6.203	1.031	2.635	112							
Licença de uso de software: Aumento de R\$ 5.1 MM principal fornecedor Salesforce Tecnologia LTDA.											
11. Investimentos: Estão representados como segue: Movimentação de investimentos de 2022 a 2023											
	2022		2023								
Descrição	Custo	Adições	Baixas	Transfe-rências	Custo						
Terrenos	23.734	-	(175)	-	23.559						
Edificações de renda	10.712	-	(550)	-	10.162						
Obras de arte	245	-	(35)	-	210						
Total	34.691	-	(760)	-	33.931						
	2022		2023								
Descrição	Taxa % - a.a.	Depre-ciação	Adições	Baixas	Transfe-rências	Depreciação					
Edificações de renda	0 a 4%	(3.279)	(121)	60	-	(3.340)					
Total	(3.279)	(121)	60	-	-	(3.340)					
Total líquido	31.412	(121)	(700)	-	-	30.591					
Movimentação de investimentos de 2023 a 2024											
	2023		2024								
Descrição	Custo	Adições	Baixas	Transfe-rências	Custo						
Terrenos	23.559	-	-	-	23.559						
Edificações de renda	10.162	-	-	-	10.162						
Obras de arte	210	35	(1)	-	244						
Total	33.931	35	(1)	-	33.965						
	2023		2024								
Descrição	Taxa % - a.a.	Depre-ciação	Adições	Baixas	Transfe-rências	Depreciação					
Edificações de renda	0 a 4%	(3.340)	(105)	-	-	(3.445)					
Total	(3.340)	(105)	-	-	-	(3.445)					
Total líquido	30.591	(70)	(1)	-	-	30.520					
12. Imobilizado: Movimentação do imobilizado de 2022 a 2023:											
	2022		2023								
Descrição	Custo	Adições	Baixas	Transfe-rências	Impairment	Custo					
Equipamentos	119.473	8.704	(1.882)	55	-	126.350					
Móveis	45.361	2.849	(894)	(2)	-	47.314					
Edificações	302.550	6	(855)	14.770	-	316.471					
Veículos	3.307	167	(83)	-	-	3.391					
Equipamentos de informática	69.802	6.861	(2.157)	-	-	74.506					
Acervo bibliográfico	20.882	431	-	-	-	21.313					
Semoventes	14	-	(4)	-	-	10					
Instrumentos musicais e artísticos	274	1	-	-	-	275					
Imobilizado em andamento	9.398	28.608	(25)	(27.185)	-	10.796					
Benefitoria em imóveis de terceiros	92.664	86	-	12.415	-	105.165					
Terrenos	5.146	437	(939)	-	-	4.644					
Adiantamento e importações em Andamento	2.165	-	(403)	-	-	1.762					
Imobilizado de terceiros (convênios - subvenções)	23.440	2.202	(1.733)	(53)	-	23.856					
Total	694.476	50.352	(8.975)	-	-	735.853					
	2022		2023								
Descrição	Taxa % - a.a.	Depre-ciação	Adições	Baixas	Transfe-rências	Impairment	Depreciação				
Equipamentos	10%	(75.958)	(7.386)	1.829	(28)	-	(81.543)				
Móveis	10%	(33.698)	(2.508)	800	-	-	(35.406)				
Edificações	0% a 4%	(112.822)	(4.741)	510	417	-	(116.636)				
Veículos	20%	(3.045)	(109)	77	-	-	(3.077)				
Equipamentos de informática	20%	(45.319)	(8.614)	2.002	-	-	(51.931)				
Acervo bibliográfico	10%	(18.271)	(610)	-	-	-	(18.881)				
Semoventes	20%	(5)	(3)	2	-	-	(6)				
Instrumentos musicais e artísticos	10%	(235)	(9)	-	-	-	(244)				
Benefitoria em imóveis de terceiros	0% a 4%	(14.857)	(3.993)	-	(417)	-	(19.267)				
Imobilizado de Terceiros (convênios - subvenções)	0% a 20%	(12.500)	(2.091)	1.171	28	-	(13.392)				
Total	(316.710)	(30.064)	6.391	-	-	-	(340.383)				
Total líquido	377.766	20.288	(2.584)	-	-	-	395.470				
Movimentação do imobilizado de 2023 a 2024											
	2023		2024								
Descrição	Custo	Adições	Baixas	Transfe-rências	Impairment	Custo					
Equipamentos	126.350	12.873	(712)	5.469	-	143.980					
Móveis	47.314	2.958	(210)	32	-	50.094					
Edificações	316.471	-	(177)	14.953	-	331.247					
Veículos	3.391	-	(397)	-	-	2.994					
Equipamentos de informática	74.506	6.901	(1.042)	2.628	-	82.993					
Acervo bibliográfico	21.313	440	(41)	-	-	21.712					
Semoventes	10	-	(3)	-	-	7					
Instrumentos musicais e artísticos	275	-	-	-	-	275					
Imobilizado em andamento	10.796	37.282	(216)	(32.388)	-	15.474					
Benefitoria em imóveis de terceiros	105.165	-	(682)	9.313	-	113.796					
Terrenos	4.644	-	-	-	-	4.644					
Adiantamento e importações em andamento	1.762	743	(1.388)	-	-	1.117					
Imobilizado de terceiros (convênios - subvenções)	23.856	11.137	(81)	(7)	-	34.905					
Total	735.853	72.334	(4.949)	-	-	803.238					
	2023		2024								
Descrição	Taxa % - a.a.	Depre-ciação	Adições	Baixas	Transfe-rências	Impairment	Depreciação				
Equipamentos	10%	(81.543)	(7.785)	693	-	-	(88.635)				
Móveis	10%	(35.406)	(2.497)	191	-	-	(37.712)				
Edificações	0% a 4%	(116.636)	(5.016)	10	200	-	(121.442)				
Veículos	20%	(3.077)	(94)	398	-	-	(2.773)				
Equipamentos de informática	20%	(51.931)	(8.804)	973	(4)	-	(59.766)				
Acervo bibliográfico	10%	(18.881)	(542)	17	-	-	(19.406)				
Semoventes	20%	(6)	(1)	2	-	-	(5)				
Instrumentos musicais e artísticos	10%	(244)	(8)	-	-	-	(252)				
Benefitoria em imóveis de terceiros	0% a 4%	(19.267)	(4.574)	55	(200)	-	(23.986)				
Imobilizado de terceiros (convênios - subvenções)	0% a 20%	(13.392)	(2.315)	64	4	-	(15.639)				
Total	(340.383)	(31.636)	2.403	-	-	-	(369.616)				
Total líquido	395.470	40.698	(2.546)	-	-	-	433.622				
Equipamentos: Aquisição de robô ortopédico na ordem de R\$ 6,5 MM para o Hospital São Marcelino Champagnat. Avaliação do valor recuperável de ativos (Impairment): Conforme a Resolução CFC nº 1.110/2007, que aprovou a Norma Brasileira de Contabilidade Técnica Geral NBC TG 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, anualmente é necessário ajustar o valor líquido dos ativos, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, as quais possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída a provisão para deterioração, ajustando-se o valor contábil líquido ao valor recuperável. Na Entidade, são realizados os testes de recuperabilidade ao fim de cada exercício social, o teste de recuperabilidade foi realizado e não houve indícios de desvalorizações, em razão dos bens estarem totalmente depreciados ou por não atingirem o mínimo da materialidade exigida para testes nesses ativos.											
13. Intangível: O intangível está representado como segue: Movimentação do intangível de 2022 a 2023:											
	2022		2023								
Descrição	Custo	Adições	Baixas	Transfe-rências	Custo						
Marcas e patentes	47	-	-	-	47						
Desenvolvimento de software	2.936	8.766	-	(6.430)	5.272						
Sistemas aplicativos - softwares	60.847	12	-	6.430	67.289						
E-Book	340	149	(149)	2	342						
E-Book em desenvolvimento	40	77	-	(2)	115						
Direitos autorais	15	-	-	-	15						
Intangível de terceiros (convênios - subvenções)	207	13	-	-	220						
Total	64.432	9.017	(149)	-	73.300						
	2022		2023								
Descrição	Taxa % - a.a.	Amortização	Adições	Baixas	Transfe-rências	Amortização					
Sistemas aplicativos - softwares	20%	(41.184)	(4.478)	-	-	(45.662)					
Direitos autorais	20%	(15)	-	-	-	(15)					
E-Book	20%	(177)	(69)	-	-	(246)					
Intangível de terceiros (convênios - subvenções)	20%	(98)	(30)	-	-	(128)					
Total	(41.474)	(4.577)	-	-	-	(46.051)					
Total líquido	22.958	4.440	(149)	-	-	27.249					
Movimentação do intangível de 2023 a 2024:											
	2023		2024								
Descrição	Custo	Adições	Baixas	Transfe-rências	Custo						
Desenvolvimento de software	2.936	8.766	-	(6.430)	5.272						
Sistemas aplicativos - softwares	60.847	12	-	6.430	67.289						
E-Book	340	149	(149)	2	342						
E-Book em desenvolvimento	40	77	-	(2)	115						
Direitos autorais	15	-	-	-	15						
Intangível de terceiros (convênios - subvenções)	207	13	-	-	220						
Total	73.300	18.011	(14)	-	91.297						
	2023		2024								
Descrição	Taxa % - a.a.	Amortização	Adições	Baixas	Transfe-rências	Amortização					
Sistemas aplicativos - softwares	20%	(45.662)	(6.393)	-	-	(52.055)					
Direitos autorais	20%	(15)	-	-	-	(15)					
E-Book	20%	(246)	(64)	-	-	(310)					
Intangível de terceiros (convênios - subvenções)	20%	(128)	(32)	-	-	(160)					
Total	(46.051)	(6.489)	-	-	-	(52.540)					
Total líquido	27.249	11.522	(14)	-	-	38.757					
14. Direito de arrendamento: Está representado como segue: Movimentação do arrendamento de 2022 a 2023:											
	2022		2023								
Descrição	Custo	Adições	Baixas	Transfe-rências	Custo						
Edificações	4.902	917	(5.184)	-	635						
Computadores e periféricos	-	4.189	-	-	4.189						
Total	4.902	5.106	(5.184)	-	4.824						
	2022		2023								
Descrição	Taxa % - a.a.	Depre-ciação	Adições	Baixas	Depre-ciação						
Edificações	8% a 100%	(3.147)	(771)	3.253	(665)						
Computadores e periféricos	20%	(3.461)	-	-	(3.461)						
Total	(3.147)	(4.232)	3.253	(4.126)	(698)						
Total líquido	1.755	874	(1.931)	-	2.842						
Movimentação do arrendamento de 2023 a 2024:											
	2023		2024								
Descrição	Custo	Adições	Baixas	Transfe-rências	Custo						
Edificações	635	2.931	(635)	(30)	2.901						
Computadores e periféricos	4.189	-	-	-	4.189						
Total	4.824	2.931	(635)	(30)	7.090						
	2023		2024								
Descrição	Taxa % - a.a.	Depre-ciação	Adições	Baixas	Depre-ciação						
Edificações	8% a 100%	(665)	(59)	635	30	(59)					
Computadores e periféricos	20%										

Ativo		Passivo	
Circulante	Em reais	Circulante	Em reais
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.681.447,93		
Não circulante	40.597,04	Não Circulante	-
Investimentos	35.000,05		
Imobilizado	5.596,99		
Total do ativo	1.722.044,97	Patrimônio Líquido	1.722.044,97
27. Receita Operacional Líquida:		Incorporação	1.722.044,97
Receita Operacional	2024	Total do Passivo	1.722.044,97
Atividades de ensino	1.072.722		
Prestação de serviços hospitalares	454.488		
Venda de produtos e serviços	10.822		
Outras prestações de serviço	36.098		
Subvenções	8.853		
Doações e contribuições	2.997		
Renúncia do trabalho voluntário	486		
Total da Receita Operacional Bruta	1.586.466	1.375.312	
(-) Deduções da Receita Operacional Bruta	2024	2023	
(-) Bolsa gratuidade	(135.891)	(121.304)	
(-) Outras bolsas não sociais	(62.194)	(57.093)	
(-) Desconto comercial	(640)	(319)	
(-) Devoluções	(447)	(37)	
(-) Cancelamento de vendas	(236)	(226)	
(-) Ajuste a valor presente	60	(261)	
(-) Serviços cancelados	-	(19)	
(-) Glosas servs.hosp. - conv. plano de saúde	(6.327)	(2.092)	
(-) Glosas serviços hospitalares - atendimento SUS	(220)	-	
(-) Cancelamento das mensalidades escolares	(13.055)	(4.620)	
(-) Custo do trabalho voluntário	(486)	(32)	
Total das Deduções da Receita Operacional Bruta	(219.436)	(186.003)	
Receita Operacional Líquida	1.367.030	1.189.309	
28. Custos das Mercadorias Vendidas e dos Serviços Prestados:			
Descrição	2024	2023	
Gastos com pessoal e encargos	(439.975)	(419.706)	
Gastos administrativos	(392.128)	(346.718)	
Depreciação/amortização/Impairment	(18.584)	(16.021)	
Revenda de produtos e mercadorias	(487)	(1.747)	
Total	(851.174)	(784.192)	
29. Outras Receitas e Despesas:			
Receitas	2024	2023	
Resultado na alienação/baixa do imobilizado	(389)	336	
Receita com fidelização em contratos e parcerias	4.285	3.571	
Receitas patrimoniais	632	315	
Receitas eventuais	60.920	17.394	
Receita de aluguéis com imóveis de renda	1.005	1.083	
Receita com recuperação de clientes	1.368	2.761	
Receita na outorga de cessão de uso	-	7	
Outras receitas operacionais	4.129	37.747	
Receita com <i>Royalties</i>	1.289	1.243	
Receitas com imóveis de renda - Intercompany	4.976	7.044	
Receita com assessoria Intercompany	-	-	
Total	78.215	71.501	
Despesas			
Despesas com imóveis de renda - Intercompany	-	(279)	
Despesa com <i>Royalties</i> organização religiosa	(9.779)	(8.226)	
Outras despesas operacionais	(21)	(72)	
Despesas com <i>Royalties</i> FINEP	(3.739)	(3.329)	
Total	(13.539)	(11.906)	
64.676	59.595		
Receitas Eventuais: No exercício social de 2024, foram recebidos o montante de R\$ 45.612 MM referente ao Fundo Municipal de Saúde. 30. Resultado financeiro: Está representado como segue:			
Descrição	2024	2023	
Receitas Financeiras			
Descontos obtidos	1.159	1.086	
Receitas com taxas	2	6	
Juros e multas recebidos	7.424	6.271	
Atualização monetária - fundo educacional	6.935	11.846	
Atualização monetária carteira <i>Credites-Fundacred</i>	971	-	
Rendimentos em aplicação financeira	10.166	3.970	
Juros e multas - contratos escolares	867	596	
Rebate sobre operações financeiras	65	36	
Variação cambial ativa	288	195	
Ajuste a valor presente	1.020	706	
Total	28.897	24.712	
Despesas Financeiras			
Multas e juros	(12.780)	(19.640)	
Descontos concedidos	(57.886)	(37.186)	
Despesas bancárias	(4.263)	(6.221)	
Variação monetária passiva	-	-	
Comissão s/ contratos financeiros	-	-	
Variações cambiais passivas	(773)	(716)	
Despesas com cartões	(1.137)	(534)	
Desconto pontualidade - educação	-	-	
Descontos concedidos - mais campus	(19.204)	(13.098)	
Juros de arrendamento	(600)	(216)	
Total	(96.643)	(77.611)	
(67.746)	(52.899)		

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras da Associação Paranaense de Cultura - APC

para o Ensino Superior. A proporção 1/5 será demonstrada conforme prevê o Art. 16, da Portaria MEC nº 15, de 11 de agosto de 2017, de acordo com os critérios de cálculo constantes dos Anexos VII-I-A e VIII-B, da referida Portaria. As bolsas de estudo integrais, de 100%, são concedidas a alunos com renda familiar bruta mensal per capita de até 1 e ½ salários-mínimos e as bolsas de estudos parciais, de 50%, a alunos com renda familiar bruta mensal per capita de até 3 salários-mínimos em atendimento ao disposto no Art. 19, da Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021. **Educação Profissional Técnica de Nível Médio:** A APC, em conformidade com o disposto no Art. 20 da Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, referente à demonstração da proporção de 1/5 (uma bolsa integral para cada cinco alunos pagantes), adota como linha de corte o número total de alunos matriculados no último mês do período letivo, tanto para o levantamento da base de alunos quanto para o reconhecimento das bolsas concedidas, conforme os parágrafos 2º do Art. 25 da Lei Complementar nº 187/2021 e 1º do Art. 52 do Decreto nº 11.791, de 21 de novembro de 2023. Contudo, a oferta de gratuidade na Educação Profissional Técnica de Nível Médio foi encerrada no primeiro semestre de 2024, e os alunos foram realocados para unidades escolares com matrizes curriculares compatíveis com as da instituição, minimizando assim os impactos na continuidade de sua formação. As concessões de bolsas na Educação Profissional Técnica de Nível Médio foram encerradas no primeiro semestre de 2024, com recursos próprios, alcançando o montante de R\$ 10,41 (em milhares) conforme demonstrado a seguir:

Etapa	Período	Tipo de Bolsa	Bolsas ¹ (Qt)	Valores (R\$) ²
Educação profissional Técnica de nível médio	2024	Bolsas Integrais	2	10.410,56
		Bolsas Parciais	-	-
		Subtotal	2	10.410,56
Total			2	10,41

1 Na Educação Profissional Técnica, a entidade reconhece como linha de corte, tanto para levantamento da base de alunos matriculados quanto para reconhecimento de bolsas concedidas, o número total de alunos matriculados no último mês do período letivo (parágrafo 2º, Art. 25, Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021 e parágrafo 1º, Art. 52, Decreto nº 11.791, de 21 de novembro de 2023). **Ensino Superior:** A concessão de Bolsas no Ensino Superior refere-se à concessão de bolsas sociais (gratuidade em educação), a acadêmicos de todos os campus da Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUCPR, e apresenta a seguinte configuração: a) Concessão de bolsas integrais no Ensino Superior: refere-se a concessão de bolsas sociais (gratuidade em educação) no Ensino Superior integrais, ou seja, de 100%, a alunos com renda familiar bruta mensal per capita não excedente a 1 e ½ (um e meio) salários-mínimos. b) Concessão de bolsas parciais no Ensino Superior: refere-se à concessão de bolsas sociais (gratuidade em educação) no Ensino Superior parciais, ou seja, de 50%, a alunos com renda familiar bruta mensal per capita não excedente a 3 (três) salários-mínimos. **Aplicação em Gratuidade no Ensino Superior (RS):** No Ensino Superior a APC ofertou bolsas de estudo sociais por meio do Programa Universidade Para Todos - PROUNI, assim como ofertou bolsas sociais com recursos próprios - Bolsas Institucionais, por meio de Edital Social, perfazendo o total de R\$ 135.891 (em milhares) em 2024. As Bolsas PROUNI tem a finalidade de demonstrar, junto ao Ministério da Educação, o atendimento de requisito de certificação (Proporção 1/5); são ofertadas conforme o disposto no Art. 1º, da Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005 e alcançam o montante de R\$ 130.884 (em milhares). As Bolsas PRÓPRIAS, são Bolsas institucionais ofertadas a acadêmicos que atendem os mesmos critérios estabelecidos pelo PROUNI e alcançam o montante de R\$ 5.007 (em milhares), conforme demonstrado a seguir:

Modalidade	Tipo de Bolsa	Período	Bolsas (Qt) ²	Valores (R\$) ³	Valores (R\$) ⁴
PROUNI/MEC	Bolsas Integrais (100%)	1º Semestre	3.875	55.024.136,26	55.024
		2º Semestre	3.561	52.536.182,63	52.536
		1º Semestre	1.399	12.034.609,59	12.035
		2º Semestre	1.294	11.288.938,79	11.289
		Subtotal	1º Semestre	5.274	67.058.745,85
	2º Semestre	4.855	63.825.121,42	63.825	
	Subtotal		130.883.867,27	130.884	
APC/PUCPR (Institucionais)	Bolsas Integrais (100%)	1º Semestre	342	1.834.770,44	1.835
		2º Semestre	287	1.554.434,95	1.554
		1º Semestre	78	543.504,79	544
		2º Semestre	150	1.074.033,23	1.074
		Subtotal	1º Semestre	420	2.378.275,23
	2º Semestre	437	2.628.468,18	2.628	
	Subtotal		5.006.743,41	5.007	
Total			135.890.610,68	135.891	

1 O quadro apresenta as bolsas concedidas no 1º e 2º semestre de 2024, de acordo com regime didático semestral adotado pelo Ensino Superior. 2 No Ensino Superior, o quantitativo de bolsas considera as informações constantes no SISPROUNI, que reconhece as bolsas concedidas e suspensas (pedido de trancamento pelo aluno, trancamento institucional, outros). Para fins de atendimento ao requisito do art. 20 e 21, Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021 (demonstração da proporção 1/5), somente serão consideradas as bolsas concedidas por meio do Programa Universidade Para todos - PROUNI, conforme disposto no § 2º, Art. 21, Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021. 3 Totalidade de gratuidades concedidas com recursos próprios enquadradas nos critérios previstos no Art. 19, Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021 (perfil socioeconômico) reconhecidos contabilmente, no ano de 2024. **Aplicação em Gratuidade no Ensino Superior (Qt):** A APC, para fins de atendimento ao requisito do Art. 20 e 21, Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, demonstração da Proporção de 1/5, ou seja, 1 (uma) bolsa integral para cada 5 (cinco) alunos pagantes no conjunto de seus estabelecimentos de Ensino Superior considera as bolsas informadas no SISPROUNI (bolsas Prouni) e em sistema próprio (bolsas Próprias). O cálculo para verificação do atendimento à Proporção mínima de bolsas de estudo foi realizado conforme Anexo VIII-B da Portaria MEC nº 15, de 11 de agosto de 2017, para cada um dos semestres letivos:

Cálculo de bolsas da APC ano de 2024

Bolsistas reconhecidos e registrados no Censo Educação Superior - 2º Semestre 2024		2023	2024
Anexo VIII-B - Portaria MEC nº 15/2017		1º Semestre	1º Semestre
N	Número de alunos pagantes = total de alunos matriculados, excluindo-se os inadimplentes (Art. 13-C - §2º) e os bolsistas integrais que recebam bolsa integral, mas não atendam a Lei nº 12.101/2009, Art. 14, §1º e que não sejam de graduação ou sequencial de formação específica.	24.806	27.650
IPro	Número de alunos com bolsa integral , que estejam de acordo com a Lei nº 11.096/2005 - PROUNI.	3.668	3.875
IPG	Número de alunos com bolsa integral , em cursos de Pós-graduação Strictu Sensu. (Lei nº 12.101/2009).	0	0
IO	Número de alunos com bolsa integral , que estejam de acordo com a Lei nº 12.101/2009, Art. 14, §1º, e que não sejam enquadrados no PROUNI e que não sejam alunos de Pós-graduação Strictu Sensu.	475	342
I=IO+IPro+IPG	Número de alunos com bolsa integral , que estejam de acordo com a Lei nº 12.101/2009, Art. 14, §1º	4.143	4.217
Ppro	Número de alunos com bolsa parcial de 50% e que estejam de acordo com a Lei nº 11.096/2005 - PROUNI	870	1.399
Ppg	Número de alunos com bolsa parcial de 50%, em cursos de Pós-graduação Strictu Sensu. (Lei nº 12.101/2009).	0	0
PO	Número de alunos com bolsa parcial de 50%, que estejam de acordo com a Lei nº 12.101/2009, Art. 14, §1º, e que sejam enquadrados no PROUNI e que não sejam alunos de Pós-graduação Strictu Sensu.	117	78
P=PO+Ppro+Ppg	Número de alunos com bolsa parcial de 50% e que estejam de acordo com a Lei nº 12.101/2009, Art. 14, §2º.	987	1.477
Bc	Bolsas Integrais equivalentes a benefícios, calculado segundo fórmula auxiliar.	0	0

Regra para alcance da Proporção 1/9	2023	2024
I ≥ N	1º Semestre	1º Semestre
10	2.481	2.765
Demonstração do alcance da Proporção 1/9	4.143 ≥ 2.481	4217 ≥ 2.765
Regra para alcance da Proporção 1/5	2023	2024
N ≤ 6 I + 2,5 P + 5 Bc	1º Semestre	1º Semestre
	27.326	28.995
Demonstração do alcance da Proporção 1/5	24.806 ≤ 27.326	27.650 ≤ 28.995

Observação: Lei Complementar nº 187, de 16/12/2021. Cálculo de bolsas da APC ano de 2024 Bolsistas reconhecidos e registrados no CENSO Educação Superior -2º Semestre 2024.

Anexo VIII-B - Portaria MEC nº 15/2017		2023	2024
Anexo VIII-B - Portaria MEC nº 15/2017		2º Semestre	2º Semestre
N	Número de alunos pagantes = total de alunos matriculados, excluindo-se os inadimplentes (Art. 13-C - §2º) e os bolsistas integrais que recebam bolsa integral, mas não atendam a Lei nº 12.101/2009, Art. 14, §1º e que não sejam de graduação ou sequencial de formação específica.	23.321	25.603
IPro	Número de alunos com bolsa integral , que estejam de acordo com a Lei nº 11.096/2005 - PROUNI.	3.474	3.561
IPG	Número de alunos com bolsa integral , em cursos de Pós-graduação Strictu Sensu. (Lei nº 12.101/2009).	0	0
IO	Número de alunos com bolsa integral , que estejam de acordo com a Lei nº 12.101/2009, Art. 14, §1º, e que não sejam enquadrados no PROUNI e que não sejam alunos de Pós-graduação Strictu Sensu.	403	287
I=IO+IPro+IPG	Número de alunos com bolsa integral , que estejam de acordo com a Lei nº 12.101/2009, Art. 14, §1º	3.877	3.848
Ppro	Número de alunos com bolsa parcial de 50% e que estejam de acordo com a Lei nº 11.096/2005 - PROUNI	931	1.294
Ppg	Número de alunos com bolsa parcial de 50%, em cursos de Pós-graduação Strictu Sensu. (Lei nº 12.101/2009).	0	0
PO	Número de alunos com bolsa parcial de 50%, que estejam de acordo com a Lei nº 12.101/2009, Art. 14, §1º, e que não sejam enquadrados no PROUNI e que não sejam alunos de Pós-graduação Strictu Sensu.	107	150
P=PO+Ppro+Ppg	Número de alunos com bolsa parcial de 50% e que estejam de acordo com a Lei nº 12.101/2009, Art. 14, §2º.	1.038	1.444
Bc	Bolsas Integrais equivalentes a benefícios, calculado segundo fórmula auxiliar.	0	0

Regra para alcance da Proporção 1/9		2023	2024
I ≥ N		2º Semestre	2º Semestre
10		2.332	2.560
Demonstração do alcance da Proporção 1/9		3.877 ≥ 2.332	3.848 ≥ 2.560
Regra para alcance da Proporção 1/5	2023	2024	
N ≤ 6 I + 2,5 P + 5 Bc	2º Semestre	2º Semestre	
	25.857	26.698	
Demonstração do alcance da Proporção 1/5	23.321 ≤ 25.857	25.603 ≤ 26.698	

Observação: Lei Complementar nº 187, de 16/12/2021. **Saúde:** Na área da Saúde, a APC atua no Serviço de Atenção à Saúde a nível Ambulatorial e Hospitalar - SUS Curitiba (média e alta complexidade), e comprova, para fins de Certificação CEBAS, os requisitos aplicáveis da Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, Art. 7 a 17, dentre eles, a OFERTA de seus serviços ao SUS (Sistema Único de Saúde) no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), conforme prevê, especificamente, o Inciso II, Art. 9º, da Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021.

Nome da Filial	CNPJ	CNES
Hospital Universitário Cajuru	76.659.820/0002-32	0015407
Hospital Marcelino Champagnat	76.659.820/0023-67	6878318

Gratuidade na Saúde: Para o exercício de 2024, o percentual de serviços prestados ao SUS foi calculado de acordo com a Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021 e de acordo com a Portaria nº 834, de 26 de abril de 2016, sendo demonstrado pelo conjunto de estabelecimentos de saúde da entidade, conforme prevê § 2º, Art. 9, da Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021; Inciso II, Art. 28, Decreto nº 11.791, de 21 de novembro de 2023; e Art. 16, da Portaria nº 834, de 26 de abril de 2016, relacionados a seguir:

Nome da Filial	CNPJ	CNES
HOSPITAL UNIVERSITÁRIO CAJURU	76.659.820/0002-32	0015407
HOSPITAL MARCELINO CHAMPAGNAT	76.659.820/0023-67	6878318

A entidade oferta a prestação de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento). A composição deste percentual se dá por meio de cálculo percentual simples, com base no total de internações hospitalares e no total de atendimentos/procedimentos ambulatoriais realizados (SUS e não SUS), conforme prevê Inciso II e § 1º, Art. 9, da Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, respectivamente. As internações hospitalares e os atendimentos ambulatoriais prestados pela Entidade foram totalizados com base nos dados gerados a partir de sistema de informações utilizado pela instituição (TASY) e informados nos Sistemas de Informações do Ministério da Saúde - Sistema de Informações Ambulatoriais (SIA), no Sistema de Informações Hospitalares (SIH) e na Comunicação de Informações Hospitalares e Ambulatorial (CIHA) - de acordo com o Art. 14, da Portaria nº 834, de 26 de abril de 2016. Para o cálculo, as Internações Hospitalares são medidas por paciente-dia, unidade de medida de permanência de um paciente na internação hospitalar (relativa a 24 horas), conforme § 1º, Art. 14, da Portaria nº 834, de 26 de abril de 2016. O número de pacientes-dia é obtido pelo total das permanências de internações hospitalares, ou seja, o número de diárias de cada internação pelo SUS e por convênios particulares (Não SUS). Para o cálculo, o componente ambulatorial SUS que corresponde ao total de atendimentos/procedimentos realizados no ambulatório, conforme § 1º, Art. 14, da Portaria nº 834, de 26 de abril de 2016 foi limitado a 10% (dez por cento), devidamente comprovado, conforme prevê § 3º, Art. 19, da Portaria nº 834, de 26 de abril de 2016 bem como o acréscimo para cada ação prioritária foi de 1,5% (um inteiro e cinquenta centésimos por cento), de acordo com o Art. 20, da Portaria nº 834, de 26 de abril de 2016. No exercício de 2023, o percentual de serviços prestados ao SUS foi calculado de acordo com a Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021; Decreto nº 11.791, de 21 de novembro de 2023 e Portaria nº 834, de 26 de abril de 2016, totalizando o percentual 67,53% (setenta e um inteiros e cinquenta e três centésimos por cento), conforme demonstração a seguir. No exercício de 2024, o percentual de serviços prestados ao SUS foi calculado de acordo com a Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021; Decreto nº 11.791, de 21 de novembro de 2023 e Portaria nº 834, de 26 de abril de 2016, totalizando o percentual 67,90% (sessenta e sete inteiros e noventa por cento), conforme demonstração a seguir:

*continuação																																																																																																													
Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras da Associação Paranaense de Cultura - APC																																																																																																													
gerenciadas, a fim de se avaliar os resultados e os impactos no fluxo de caixa. As políticas de gerenciamento de risco da Entidade são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. A Entidade, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem seus papéis e suas obrigações. A Administração acompanha o cumprimento das políticas e dos procedimentos de gerenciamento de riscos da Entidade e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos enfrentados pela Entidade. Risco de crédito: Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Entidade caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. A exposição da Entidade ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. Risco de mercado: Risco de mercado é o risco que as alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e de juros ou, ainda, os preços dos serviços prestados pela Entidade, representam aos ganhos da Entidade ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno. Valor justo dos instrumentos financeiros: Os valores contábeis de instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, como disponibilidades, aplicações financeiras, contas a receber e empréstimos e financiamentos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos em sua negociação em um mercado ativo, ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa					vigente de juros no mercado, aproximam-se, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado. 34. Informações por segmento de negócio: A Administração da Entidade utiliza três segmentos operacionais e respectivos gastos corporativos, que são alocados aos segmentos, para					analisar e tomar suas decisões estratégicas, e revisados pelo Conselho de Administração da Entidade. O Conselho de Administração analisa e aprova os dados, segmentando-os pelos produtos oferecidos nas áreas de saúde, educação e assistência social.																																																																																																			
Informações sobre o superávit/déficit líquido, por segmento reportável: As informações por segmento de negócios, correspondentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, são as seguintes:																																																																																																													
<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2"></th> <th colspan="3">2024</th> <th colspan="3">2023</th> <th colspan="2">2022</th> </tr> <tr> <th>Educação</th> <th>Assistência Social</th> <th>Saúde</th> <th>Total</th> <th>Educação</th> <th>Assistência Social</th> <th>Saúde</th> <th>Total</th> <th>Educação</th> <th>Assistência Social</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>1.125.087</td> <td>1</td> <td>461.378</td> <td>1.586.466</td> <td>959.249</td> <td>68</td> <td>415.995</td> <td>1.375.244</td> <td>1.375.244</td> <td>1.375.244</td> </tr> <tr> <td>(212.076)</td> <td>-</td> <td>(7.360)</td> <td>(219.436)</td> <td>(183.653)</td> <td>-</td> <td>(2.350)</td> <td>(186.003)</td> <td>(186.003)</td> <td>(186.003)</td> </tr> <tr> <td>913.011</td> <td>1</td> <td>454.018</td> <td>1.367.030</td> <td>775.596</td> <td>68</td> <td>413.645</td> <td>1.189.241</td> <td>1.189.241</td> <td>1.189.241</td> </tr> <tr> <td>(510.494)</td> <td>(102)</td> <td>(340.578)</td> <td>(851.174)</td> <td>(470.877)</td> <td>(1.107)</td> <td>(312.208)</td> <td>(783.085)</td> <td>(783.085)</td> <td>(783.085)</td> </tr> <tr> <td>(291.776)</td> <td>(1.339)</td> <td>(18.823)</td> <td>(311.938)</td> <td>(212.293)</td> <td>(812)</td> <td>(47.218)</td> <td>(260.311)</td> <td>(260.311)</td> <td>(260.311)</td> </tr> <tr> <td>110.741</td> <td>(1.440)</td> <td>94.617</td> <td>203.918</td> <td>92.426</td> <td>(1.851)</td> <td>54.219</td> <td>144.794</td> <td>144.794</td> <td>144.794</td> </tr> <tr> <td>(63.347)</td> <td>1</td> <td>(4.400)</td> <td>(67.746)</td> <td>(43.641)</td> <td>-</td> <td>(9.258)</td> <td>(52.899)</td> <td>(52.899)</td> <td>(52.899)</td> </tr> <tr> <td>47.394</td> <td>(1.439)</td> <td>90.217</td> <td>136.172</td> <td>48.785</td> <td>(1.851)</td> <td>44.961</td> <td>91.895</td> <td>91.895</td> <td>91.895</td> </tr> </tbody> </table>												2024			2023			2022		Educação	Assistência Social	Saúde	Total	Educação	Assistência Social	Saúde	Total	Educação	Assistência Social	1.125.087	1	461.378	1.586.466	959.249	68	415.995	1.375.244	1.375.244	1.375.244	(212.076)	-	(7.360)	(219.436)	(183.653)	-	(2.350)	(186.003)	(186.003)	(186.003)	913.011	1	454.018	1.367.030	775.596	68	413.645	1.189.241	1.189.241	1.189.241	(510.494)	(102)	(340.578)	(851.174)	(470.877)	(1.107)	(312.208)	(783.085)	(783.085)	(783.085)	(291.776)	(1.339)	(18.823)	(311.938)	(212.293)	(812)	(47.218)	(260.311)	(260.311)	(260.311)	110.741	(1.440)	94.617	203.918	92.426	(1.851)	54.219	144.794	144.794	144.794	(63.347)	1	(4.400)	(67.746)	(43.641)	-	(9.258)	(52.899)	(52.899)	(52.899)	47.394	(1.439)	90.217	136.172	48.785	(1.851)	44.961	91.895	91.895	91.895
		2024			2023			2022																																																																																																					
Educação	Assistência Social	Saúde	Total	Educação	Assistência Social	Saúde	Total	Educação	Assistência Social																																																																																																				
1.125.087	1	461.378	1.586.466	959.249	68	415.995	1.375.244	1.375.244	1.375.244																																																																																																				
(212.076)	-	(7.360)	(219.436)	(183.653)	-	(2.350)	(186.003)	(186.003)	(186.003)																																																																																																				
913.011	1	454.018	1.367.030	775.596	68	413.645	1.189.241	1.189.241	1.189.241																																																																																																				
(510.494)	(102)	(340.578)	(851.174)	(470.877)	(1.107)	(312.208)	(783.085)	(783.085)	(783.085)																																																																																																				
(291.776)	(1.339)	(18.823)	(311.938)	(212.293)	(812)	(47.218)	(260.311)	(260.311)	(260.311)																																																																																																				
110.741	(1.440)	94.617	203.918	92.426	(1.851)	54.219	144.794	144.794	144.794																																																																																																				
(63.347)	1	(4.400)	(67.746)	(43.641)	-	(9.258)	(52.899)	(52.899)	(52.899)																																																																																																				
47.394	(1.439)	90.217	136.172	48.785	(1.851)	44.961	91.895	91.895	91.895																																																																																																				
35. Eventos subsequentes: Até a data da elaboração e preparação destas Demonstrações Financeiras, não foi constatada, nem é de conhecimento da administração da Entidade, a deflagração ou existência de nenhum evento subsequente que, eventualmente, pudesse gerar quaisquer impactos econômicos e financeiros de mudanças significativas nas demonstrações financeiras. Curitiba - PR, 31 de dezembro de 2024.																																																																																																													
A Administração					Contador																																																																																																								
Vanderlei Siqueira dos Santos - Presidente					Loecir Anderson de Andrade - CRC 1PR n° 054023/0-7																																																																																																								
Parecer do Conselho Fiscal																																																																																																													
O conselho fiscal da Associação Paranaense de Cultura - APC, em cumprimento das disposições legais e estatutárias, examinou as demonstrações financeiras e as respectivas notas explicativas, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. Com base nos exames efetuados, considerando, ainda, o relatório da AJCA Auditores Independentes S/S, datado de 12 de março de 2025, bem como as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária dos Associados.																																																																																																													
Curitiba, 10 de abril de 2025																																																																																																													
Ir. Evilázio Tambosi - Membro do Conselho Fiscal			Antonio Luiz Rios da Silva - Membro do Conselho Fiscal				Everson Ismael de Oliveira - Membro do Conselho Fiscal																																																																																																						
Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras																																																																																																													
Aos Administradores da Associação Paranaense de Cultura - APC - Curitiba - PR. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Associação Paranaense de Cultura - APC ("Associação"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações de resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação Paranaense de Cultura - APC em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e entidades sem finalidade de lucros (ITG 2002). Ênfase: a) Em 17/10/2024 foi deliberado em assembleia geral dos Associados, a intenção da administração em realizar a incorporação total do Centro de Estudos Bandeirantes - CEB relativo a valores de caixa e equivalentes de caixa, investimento e imobilizado a qual foi realizada em 29/11/2024. Os efeitos patrimoniais da incorporação encontram-se demonstrado na nota 26.1. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Outros assuntos: Demonstrações do valor adicionado: Examinamos, também, a demonstração dos valores adicionados, referentes ao exercício findo de 31 de dezembro de 2024, preparadas sob a responsabilidade da administração da Entidade, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de					auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem					como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria planejando os procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de mancomunado com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Curitiba, 12 de março de 2025. AJCA AUDITORES INDEPENDENTES S/S CRC/PR - 005288/0-6 Antônio Justicheckem - Contador - CRC/PR - 037.469/0-4																																																																																																			

Publicidade Legal é coisa séria!

Atas

Editais

Balanços

Súmulas

Concorrências

Tomada de Preços

Avisos

Comunicados

Anúncios

Consulte nossa **equipe**

41 3333-9800

publegal@induscom.com.br

pl@induscom.com.br

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 28/04/2025

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal Indústria & Comércio ou acesse através do link: https://www.diarioinduscom.com.br/Publicacoes_Legais



Documento final gerado em 28/04/2025 01:20:00

Esse documento pode ser validado através do QR CODE abaixo, ou via URL: <https://incodigital.ipsign.com.br/validador>

Identificador de validação: 818c3a47bde261b90520159d07342180e1ecfb5347c598b0f4c776e943b8337b



Assinatura

Assinado em: 28/04/2025 01:20:06

Tipo de assinatura: Desenho na tela

Assinante: Fabiano Fernando Furtado - INCO EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

CPF: 01993841938

E-mail: financeiro2@induscom.com.br

Identificador: 71adf0e7c98fa4987fa6b14b6598c45d



IP	Local	Cidade	CEP	UF	Software
187.53.118.239, 172.31.36.167	-25.4345969,-49.2537428	Curitiba	80050-250	PR	Google Chrome/Microsoft Edge 135.0.0.0 / Windows



Emitido por: Fabiano Fernando Furtado - INCO EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

E-mail: financeiro2@induscom.com.br

As partes reconhecem e declaram que o presente instrumento pode ser assinado entre as mesmas e respectivas testemunhas (quando presentes), por meio físico ou eletrônico, sendo certo que neste último caso as assinaturas serão consideradas juridicamente válidas, autênticas e vinculativas, nos termos da legislação aplicável.

Esse documento assinado de forma eletrônica está em conformidade com o Código Civil, Código de Processo Civil, Legislação vigente que regula as assinaturas eletrônicas e Medida Provisória nº 2.200-2/2001.

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a legislação aplicável vigente. A validade do mesmo poderá ser confirmada através do verificador de conformidade do ITI - Instituto Nacional de Tecnologia da Informação, através do link: validar.iti.gov.br

A assinatura desse documento com certificado digital, gerará crítica em caso de tentativa de modificação do seu conteúdo, podendo ser constatada nas propriedades dos certificados digitais do mesmo, quando o arquivo for aberto através de visualizadores de PDF de terceiros.

Esse documento é acompanhado do seu PROTOCOLO DE AUTENTICIDADE, em arquivo paralelo, no qual se encontra o hash SHA256 de validação, o que garante que o conteúdo desse documento não sofreu alteração após assinatura das partes. O hash SHA256 deverá ser o mesmo obtido através dos mecanismos de extração de hash disponíveis pelas ferramentas de terceiros.

